



PREFEITURA DE MONTE ALTO



EDITAL Nº 71/2.026 (CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ATIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026

PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026

SEI Nº 1657/2.026

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal –

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP

<https://pncp.gov.br/app/editais/>

UASG: 986727

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:

03/06/2.026

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/07/2.026, às 09:00
horas (horário de Brasília)**

PREÂMBULO

A Sessão Pública de processamento da Concorrência Eletrônica será realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, às 9:00 horas (horário de Brasília) do dia 15 de julho de 2.026 e havendo a necessidade de prorrogação a Comissão de Contratação definirá o horário de início da segunda sessão.

A reunião será conduzida pela Comissão de Contratação, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Portal de compras do Governo Federal.

Como condição de validade e eficácia, os licitantes deverão praticar seus atos em formato eletrônico.

Todas as informações e esclarecimentos a respeito do presente Edital poderão ser obtidos no site do Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> referente à presente concorrência eletrônica, nos campos próprios disponíveis.

Qualquer alteração ulterior será disponibilizada nas páginas da Internet www.montealto.sp.gov.br, www.gov.br/compras/pt-br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A Prefeita do Município de Monte Alto torna público que se acha aberta nesta Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 51.816.247/0001-11, com sede administrativa à rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, nº. 1.390, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, do modo aberto e fechado, abrigado nos autos do Processo Administrativo nº 115/2.026, SEI nº 1657/2.026, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Todos os procedimentos do presente certame obedecerão a Lei federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2.021, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e o Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

As propostas deverão atender todas as exigências e especificações constantes deste edital e dos anexos que dele fazem parte integrante.

Integram o presente edital:

Anexo I	- Modelo de Proposta Comercial;
Anexo II	- Projeto Básico;
Anexo III	- Termo de Referência;
Anexo IV	- Planilha Orçamentária;
Anexo V	- Cronograma Físico Financeiro;
Anexo VI	- Composições Orçamentárias;
Anexo VII	- Impacto Financeiro e Fluxo de Caixa;
Anexo VIII	- Composições Garantia;
Anexo IX	- Composição BDI;
Anexo X	- Modelo de Declarações;
Anexo XI	- Atestado de Vistoria Técnica;
Anexo XII	- Declaração de Renúncia à Vistoria Técnica;
Anexo XIII	- Minuta contratual;
Anexo XIV	- Termo de Ciência e Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
Anexo XV	- Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; e,
Anexo XVI	- Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

A despesa decorrente da presente licitação será suportada por recurso de dotação própria na vigente lei orçamentária, com a seguinte classificação contábil:

02.04.03.04.122.0008.1176. 4.4.90.51.00
Ficha Analítica nº 2307

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta concorrência a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia visando a execução de serviços de reordenação luminotécnica do sistema de iluminação pública do município através da locação de luminárias LED, serviços de manutenção corretiva e preventiva de todo o sistema, incluindo o gerenciamento informatizado de todo o parque de iluminação pública do município de Monte Alto, tudo conforme especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2 - A licitante, através de representante credenciado, poderá vistoriar o local da prestação de serviço, para inteirar-se de todos os aspectos referentes à sua execução. As vistorias serão agendadas na Secretaria de Planejamento Urbano, pelo telefone (16) 3244-3113, no horário das 8:00 hs às 16:00 hs; ao término da qual, será fornecido o "Atestado de Vistoria", nos moldes do Anexo XI, que comporá os Documentos de Habilitação. Para agendamento da vistoria, a interessada deverá indicar o nome de seu representante.

1.2.1 - A vistoria técnica não é obrigatória, para a licitante que não realizar deverá juntar aos documentos de habilitação a Declaração de Renúncia à Vistoria Técnica, conforme modelo do Anexo XII.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



1.3 – A empresa licitante deverá apresentar garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no valor de R\$ 31.000,31 (trinta e um mil reais e trinta e um centavos), correspondente a 1% (um por cento) do valor anual estimado para a contratação, nos termos do subitem 6.21.3, deste Edital.

1.4 - A empresa detentora do menor preço para o objeto licitado deverá, juntamente com a proposta expressa, apresentar catálogo ou folder do fabricante dos materiais relacionado na Tabela 7, do Anexo II - Projeto Básico, em português ou traduzido, contendo informações técnicas, que demonstre o atendimento às especificações mínimas solicitadas nas descrições contidas no Anexo II, deste Edital;

1.5 – Para o caso da aprovação dos catálogos, a empresa detentora do menor preço para o objeto licitado deverá, obrigatoriamente, apresentar amostras dos materiais relacionados na Tabela 7, do Anexo II – Projeto Básico, na Sede Administrativa da Prefeitura, localizada na Rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, nº 1391, prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data da realização da sessão pública, sob pena de desclassificação da proposta.

1.5.1 - As amostras a serem analisadas deverão ser entregues com etiqueta, colocadas em local que não prejudique a rotulagem do produto, contendo as seguintes informações: nome da empresa licitante, modalidade, número da licitação e número do item cotado.

1.6 - As amostras serão analisadas em ato aberto aos interessados na Sede Administrativa da Prefeitura, localizada na Rua Dr Raul da Rocha Medeiros, nº 1391, em dia a ser designado na própria sessão pública do pregão, circunstanciado em ata.

1.7 - O presente processo de licitação seguirá as seguintes fases, em sequência: apresentação e julgamento das propostas, lances, catálogos, análise das amostras, habilitação, resolução de recursos, caso houver, adjudicação do objeto licitado e homologação.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar desta concorrência empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

2.1.1 - As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar da presente concorrência deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital>.

2.2 - Estarão impedidas de participar as empresas que:

2.2.1 - Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração de Monte Alto, com base no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.2 - Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.3 - Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato,



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.4 - Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do inciso VI, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21

2.2.5 - Que estejam sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6 - Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7 - Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.8 - Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.9 - Que constar qualquer impedimento de contratar com a Administração pública no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)

2.3 - A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistir qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Portal de Compras do Governo Federal, relativos à Concorrência Eletrônica.

2.4 - A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na Concorrência Eletrônica, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da chave e senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.4.1 - Em caso de perda ou quebra do sigilo da chave de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.5 - Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada concorrência eletrônica.

2.6 - O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica, e dar-se-á pela



PREFEITURA DE MONTE ALTO



atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2 - O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

3.4 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à Prefeitura de Monte Alto, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

4 - DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá encaminhar a proposta, com a descrição do objeto ofertado e preço, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 - O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.4 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4.1 - **Recomenda-se que o licitante, antes de digitar sua proposta na plataforma Compras.Gov, preencha o Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, como um rascunho, importante para organizar e estruturar a proposta definitiva de forma clara e coesa, evitando erros e incoerências da proposta final escrita que deverá ser enviada quando solicitada pela Comissão de Contratação e que o valor da proposta total final escrita deverá ser aquele ofertado na etapa de lances.**

4.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



4.6 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.7 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo preço total anual do objeto, incluindo todos os custos para a garantia da execução do serviço, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as características do objeto da presente licitação.

4.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.9 - As propostas econômicas deverão compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.9.1 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

4.9.2 – Juntamente com a proposta expressa, a empresa licitante detentora do menor preço deverá apresentar catálogo ou folder do fabricante dos produtos ofertados, em português ou traduzido, contendo informações técnicas, que demonstre o atendimento às especificações mínimas solicitadas nas descrições contidas no Anexo II, deste Edital;

4.9.2.1 - Não serão admitidas ofertas de produtos fora das especificações do objeto licitado, sob pena de desclassificação da proposta.

4.10 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.11 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.12 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4.13 - Na formulação da proposta, o licitante deverá atentar ao contido no parágrafo 5º, do artigo 56, da Lei Federal nº 14.133/21, quanto ao valor ofertado.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 - Será exigida apresentação dos seguintes documentos de habilitação, apenas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar:

5.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Demonstração da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, por meio da comprovação de sua existência jurídica, através dos seguintes documentos, conforme o caso:

b) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;



c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

5.1.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.2.1 - Registro ou inscrição da licitante no conselho profissional competente.

5.1.2.2 - Qualificação Técnica Profissional:

a) apresentação de profissional, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional de Técnicos Industriais - CFT, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviço similares ao objeto da presente licitação a contento, nos termos do § 2º, do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujas parcelas de maior relevância são:

a.1) Gestão informatizada de parque de iluminação pública com fornecimento de mão de obra e materiais e, uso de sistema informatizado (software) para controle/monitoramento remoto dos serviços no Parque de Iluminação Pública;

a.2) Serviço de Manutenção e Operação do Sistema de Iluminação Pública, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos;

a.3) Serviços de Substituição e/ou Remoção de luminárias, ou de projetor fixo, em poste ou em braço para iluminação em logradouros (ruas, parques, praças, estacionamentos), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

a.4) Serviços de Substituição e/ou Remoção de braço para iluminação em logradouros (ruas, parques, praças, estacionamentos), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos

5.1.2.2.1 - A comprovação do vínculo entre a empresa e o profissional detentor do atestado exigido deverá ser feita mediante a apresentação de carteira profissional (CTPS) ou ficha de registro de empregados, no caso de vínculo empregatício, de ato constitutivo, contrato social ou estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário, contrato de prestação de serviço e outros documentos juridicamente aceitáveis, que comprovem o aludido vínculo.

5.1.2.3 - Qualificação Técnica Operacional:

a) Certidões ou atestados em nome da empresa licitante, devidamente registrado no conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares ao objeto da presente licitação a contento, nos termos do § 2º, do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujas parcelas de maior relevância são:

a.1) Gestão informatizada de parque de iluminação pública com fornecimento de mão de obra e materiais e, uso de sistema informatizado (software) para controle/monitoramento remoto dos serviços no Parque de Iluminação Pública;

a.2) Serviço de Manutenção e Operação do Sistema de Iluminação Pública, com fornecimento de mão de obra, materiais, e equipamentos;



a.3) Serviços de Substituição e/ou Remoção de luminárias, ou de projetor fixo, em poste ou em braço para iluminação em logradouros (ruas, parques, praças, estacionamentos), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

a.4) Serviços de Substituição e/ou Remoção de braço para iluminação em logradouros (ruas, parques, praças, estacionamentos), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos

5.1.2.4 - A demonstração da qualificação técnica deverá ser Técnica Profissional e Técnica Operacional.

5.1.2.5 - Para as empresas que realizarem a vistoria técnica, o Atestado de Vistoria fornecido pela Secretaria de Planejamento Urbano, conforme Anexo XI, para as empresas que não realizaram a vistoria técnica, Declaração de Renúncia à Vistoria Técnica, conforme Anexo XII.

5.1.4 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade para com as fazendas: Federal (incluindo as contribuições sociais) e Estadual, ou outras equivalentes, na forma da lei;

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

5.1.4.1 - Para efeito de prova de regularidade fiscal e trabalhista serão admitidas certidões positiva de débitos, com efeito de negativas.

5.1.5 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.1.6 – HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais ou do último exercício, no caso de pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos ou balanço de abertura, em se tratando de empresas constituídas no presente exercício, que comprove a boa situação financeira da empresa, através dos seguintes índices contábeis:

a.1) Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$ (um), indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis bens e direitos realizáveis em curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo. Ou seja, quanto maior, melhor, pois para cada real de dívida em curto prazo existem R\$ 1,00 no ativo circulante cuja apuração far-se-á pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{ATIVO}}{\text{CIRCULANTE}}$$



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ILC = PASSIVO CIRCULANTE

a.2) Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$ (um), indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimentos nesse mesmo período. Ou seja, quanto maior, melhor, pois para cada real de dívida a curto e a longo prazos existem R\$ 1,00 no ativo circulante, mais o realizável em longo prazo, cuja apuração far-se-á pela seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

a.3) para a apuração dos referidos índices contábeis será utilizado o de maior valor absoluto dentre os balanços.

b) certidão negativa de falência expedida nos últimos 60 (sessenta) dias, anteriores à data de abertura da sessão pública eletrônica, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b.1) Será aceita certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, desde que a licitante apresente o Plano de Recuperação homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da Súmula 50, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

5.2 - Os documentos indicados no **item 5.1**, deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia com autenticação digital.

5.3 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

5.4 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

5.5 - Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo mostrado no Anexo X, deste Edital, atestando que:

a) Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas através do Sítio Eletrônico da Prefeitura e Diário Oficial do Município de Monte Alto e que os recursos administrativos decorrentes da execução contratual deverão ser encaminhados exclusivamente pelo correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br;

c) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



d) Que atende os requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital;

e) Que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

f) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens Compras.Gov mais semelhantes ao descrito nos Anexos I, II e III. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;

g) De que conhece a obrigação de assinar o Contrato Administrativo no prazo definido no Edital, no caso de ser adjudicatária do objeto da licitação, e que tem pleno conhecimento das sanções previstas no inciso VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, em caso de descumprimento da formalização do documento.

h) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6 - Para a comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, as licitantes deverão apresentar:

5.6.1 - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no XVI, deste Edital;

5.6.2 - quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

5.6.3 - quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

6 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 - A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.2.1 - A desclassificação se dará por decisão motivada da Comissão de Contratação, observado o disposto no artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/21, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 - A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



6.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do objeto.

6.6 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.6.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 100,00 (cem reais);

6.6.2 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.7 - Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado.

6.9 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que, em até 5 (cinco) minutos, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final, sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar, em até 5 (cinco) minutos, um lance final e fechado, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11 - Poderá a Comissão de Contratação, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.12 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



6.13 - No caso de desconexão com a Comissão de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13.1 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no portal de Compras do Governo Federal – “Compras.gov.br”.

6.14 - O critério de julgamento adotado será o menor preço total ofertado, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.16 - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo, à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

6.16.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



6.17.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Comissão de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.18.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19 - Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida.

6.20 - Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.21 - O licitante detentor da melhor oferta, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação efetuada no sistema eletrônico, deverá encaminhar:

6.21.1 - O licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, sua proposta comercial, com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora e o cronograma físico-financeiro.

6.21.2 - A proposta final deverá ser formulada nos termos do Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, assinada digitalmente pelo licitante ou seu representante legal, com a indicação do nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo telefone, e-mail, bem como o nome e nº do RG de seu representante legal; conter a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento.

6.21.3 – Juntamente com a proposta comercial, a licitante deverá apresentar a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no valor de R\$ 31.000,31 (trinta e um mil reais e trinta e um centavos), correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado anual para a contratação, sob pena de desclassificação da proposta.

6.21.3.1 - A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



6.21.3.2 – Implicará na execução do valor integral da garantia de proposta a recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

6.21.3.3 - A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

6.21.4 - Catálogo ou folder do fabricante dos produtos relacionado na Tabela 7 do Anexo II, conforme subitem 4.9.2, deste Edital

6.22 - A Comissão de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.1 - O prazo estabelecido pela Comissão de Contratação poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Comissão de Contratação.

6.23 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

6.23.1 - Contenha vício insanável ou ilegalidade;

6.23.2 - Não obedeça às especificações contidas em edital;

6.23.3 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.23.4 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.23.5 - Que omitir o catálogo ou folder do produto ou que apresentem descrições incompatíveis com os materiais descritos no Anexo II, deste Edital

6.23.6 - Omitir a apresentação da amostra ou que tenha sido reprovada na análise.

6.23.7 - Apresentar preço final superior ao orçamento estimado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.23.7.1 - Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.23.7.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21.

6.24 - Antes da apreciação dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação suspenderá a sessão pública para que o licitante detentor da melhor oferta e que tenha o catálogo ou folder do produto aprovado presente, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, amostras dos materiais relacionados no Anexo II, deste Edital.

6.24.1 - Enquanto não expirado o prazo de entrega, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações na amostra apresentada.



6.24.1.1 - A Administração Municipal não se responsabiliza por materiais encaminhados por meio postal ou por remessa de qualquer natureza, bem como por atrasos ou extravios, devendo a licitante garantir a entrega dentro do prazo estabelecido.

6.24.2 - A amostra deverá ser acompanhada do Protocolo de Entrega de Amostra o qual será subscrito pelo servidor indicado e juntado aos autos do processo.

6.24.3 - A amostra será avaliada comissão da área técnica a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes do Anexo II e catálogo fornecido pela licitante.

6.24.3.1 - Se a amostra for aceita, a Comissão de Contratação retomará a sessão pública informando os demais licitantes dessa decisão e prosseguirá para a avaliação dos requisitos de habilitação.

6.24.3.2 - Se a amostra for rejeitada, ou não for entregue no prazo estabelecido, a proposta será desclassificada e a Comissão de Contratação retomará a sessão pública para convocar os licitantes detentores das ofertar subsequentes, na ordem de classificação, começando pela segunda melhor oferta, a apresentar os catálogo ou folders dos materiais e se for aprovado, encaminhar a sua amostra, observado o mesmo prazo e as mesmas condições do primeiro colocado.

6.24.3.3 - A decisão que aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado por comissão especialmente designada.

7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

7.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 - SICAF;

7.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

7.1.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

7.1.4 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

7.1.5 - Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;

7.1.6 - Relação de empresas apenadas pela Administração Municipal de Monte Alto.

7.1.7 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



7.1.8 - Constatada a existência de sanção, a Comissão de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2 - O julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) a habilitação dos licitantes será verificada por meio da apresentação dos documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica exigidos na Cláusula Quinta, deste Edital.

a.1) O Pregoeiro poderá valer-se dos documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

a.2) Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável em caso de solicitação tempestiva e justificada, contado da solicitação da Comissão de Contratação.

b) Caso os dados e informações constantes nos documentos de habilitação ou no cadastramento no SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 5 deste Edital, a Comissão de Contratação verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pela Comissão de Contratação na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pela Comissão de Contratação no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação. As declarações solicitadas no item 5.5 e as comprovações de qualificação técnica, caso exigida no item 5.1.2, serão obrigatoriamente apresentadas por correio eletrônico, sem prejuízo do disposto no item 7.1, “a”, “b” e “c” deste Edital.

d) A Administração municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 7.2, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



f.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal, social e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Por meio de aviso lançado no sistema, a Comissão de Contratação informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. A Comissão de Contratação deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

7.3 - A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 7.2 deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.4 - Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 7.2, a sessão pública será suspensa pela Comissão de Contratação, observados os prazos previstos no item 7.3 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

7.5 - Por ocasião da retomada da sessão, a Comissão de Contratação decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 7.3, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

7.6 - Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 7.3, a Comissão de Contratação, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.7 - Serão convocados os demais licitantes classificados para participar de nova sessão pública da Concorrência Eletrônica, com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária deixar de apresentar no prazo estabelecido os documentos de habilitação, nos termos do subitem 7.3, do Edital.

7.8 - A Administração municipal poderá exigir o reconhecimento de firma em documento que restar dúvida de autenticidade.

8 - DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

8.1 - No prazo máximo de 3 dias úteis, contados da publicação da homologação do certame, no Diário Oficial do Município, o adjudicatário deverá solicitar seu login e senha para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, em conformidade com a regulamentação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito desta Prefeitura, através do endereço eletrônico:

<https://sei.cidades.sp.gov.br/seicidades/acessar%20o%20sei/usuarioexterno>.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



8.1.1 - Mais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, pelo telefone (16) 3244-3113 Ramal 7, e-mail: licita@montealto.sp.gov.br.

8.2 – O contrato administrativo deverá ser assinado eletronicamente pelo adjudicatário no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração municipal, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

8.2.1 - O adjudicatário será cientificado da disponibilização do contrato administrativo para assinatura exclusivamente por meio do e-mail informado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou na Proposta de Preços.

8.3 - O adjudicatário deverá prestar a garantia para assegurar o cumprimento da sua obrigação, em valor correspondente a 5% (cinco por cento), do total estimativo anual do contrato.

8.3.1 - A garantia que deverá ser atualizada nas mesmas bases do contrato e com validade coincidente com a deste, poderá ser oferecida por qualquer das modalidades previstas no parágrafo 1º, do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.3.2 - Em se tratando de caução em dinheiro, o valor da restituição, depois de concluído o contrato, compreenderá o depósito original, corrigido monetariamente pela taxa acumulada de rendimentos pagos para aplicações em cadernetas de poupança, e apurada no período correspondente ao do recolhimento da garantia caucionada.

8.3.3 – Para o caso de a empresa adjudicatária optar pela modalidade prevista no inciso II, do § 1º, do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21, fica concedido o prazo de 1 (um) mês, contado da data de assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

8.3.4 - Ocorrendo prorrogação do ajuste, uma nova garantia deverá ser prestada, em percentual idêntico ao da primeira, desde que aquela tenha sido apresentada em modalidade que requeira renovação, calculado sobre o valor contratual do período aditado.

8.4 - O futuro contrato terá a duração de 60 (sessenta) meses.

8.5 - Durante a vigência do contrato, a empresa vencedora deverá manter compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.6 – A minuta do futuro contrato integra o presente Edital, do qual far-se-á, depois de assinatura.

8.7 - Se, por ocasião da formalização da ata, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Unidade requisitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.8 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata este item, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.



8.9 - A extinção do contrato poderá ocorrer:

8.9.1 - Unilateralmente, pela Administração Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a IX, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.9.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração Municipal.

8.9.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9 – DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1 – O prazo de execução do serviço será de 60 (**sessenta**) meses, contados da data de expedição da Ordem de Execução de Serviços, emitida pelo Departamento de Engenharia.

9.2 - A empresa adjudicatária iniciará a prestação de serviço, objeto da presente licitação, até o 5º (quinto) dia útil contado da assinatura do termo contratual.

9.3 – O Departamento de Engenharia da Secretaria de Planejamento Urbano da Administração Municipal da **CONTRATANTE** será o responsável pelo recebimento do serviço contratado, devendo providenciar as medições e assinando-as juntamente com a parte contratada.

9.4 - A empresa contratada se obriga a manter, desde o primeiro dia de início dos trabalhos, um Livro de Ocorrências, que deverá ser entregue ao Município, quando da entrega do serviço, sendo que ele não poderá conter rasuras. O Livro de Ocorrências destina-se a futuramente dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham ocorrer ou ocorrerem durante a realização dos serviços, sendo que a guarda dele ficará sob inteira responsabilidade da Contratada, até a sua entrega definitiva. O Livro de Ocorrência deverá ser franqueado à fiscalização do Município, sempre que esta solicitar.

9.5 - A empresa contratada sujeitar-se-á a todos os regulamentos de higiene e segurança que forem instituídos pelo Município a fim de garantir a salubridade e a ordem nos acampamentos e canteiros de serviços, não se desobrigando, no entanto, de cumprir exigências legais que possam ser feitas neste sentido, por outros órgãos da Administração Pública.

9.6 - Serão obrigações da empresa contratada:

9.6.1 - Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização dos agentes públicos municipais, baseadas nas especificações, regras de boa técnica e normas em vigor.

9.6.2 - Assumir as despesas de reparos de serviços mal executados ou errados por culpa da contratada com reposição dos materiais utilizados.

9.6.3 - Ser a única responsável pela segurança do trabalho de seus operários, técnicos e de terceiros.

9.6.4 - Ser a única responsável por qualquer dano, prejuízo ou avaria, causados a terceiros, bem como, rompimentos de redes de água, esgoto, energia, telefone, etc.



9.6.5 - Ser a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e por prepostos, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.

9.6.7 - Manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

9.7 – A partir do primeiro dia útil, contado da comunicação da empresa contratada, dando conta da conclusão do serviço, o servidor habilitado e responsável pelas obrigações de que trata o subitem anterior, iniciará, os exames e testes com vistas a emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, do competente Termo de Recebimento Definitivo, igualmente assinado pelas duas partes.

9.8 – Na confirmação de defeitos ou desconformidade do serviço em relação às características exigidas nos projetos, o evento será imediatamente comunicado à contratada que terá acesso aos laudos e ou documentos produzidos pelo responsável da verificação, para pronunciar-se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, passando o período de observação a fluir novamente, até nova comunicação.

10 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1 - A empresa adjudicatária dará início aos serviços contratados, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao recebimento da Autorização de Execução, oportunidade em que será lavrado o competente termo.

10.2 - A Secretaria de Planejamento Urbano, unidade requisitante da presente licitação, será a responsável pelo acompanhamento, gestão e fiscalização dos serviços, com competência para rejeitá-los, no todo ou em parte, caso não estejam sendo executados de acordo com as condições contratuais e a qualidade mínima exigida.

10.2.1 - No último dia útil de cada mês, a Secretaria Municipal encarregada, promoverá o recebimento dos serviços, mediante termo assinado pelas partes, no qual fique demonstrado, resumidamente, as principais ocorrências verificadas, faltas e advertências expedidas, se houverem, e, a totalização dos procedimentos efetivamente realizados no período mensal aferido, para fins do disposto no capítulo seguinte.

10.2.2 - O termo original elaborado e a pertinente nota fiscal ou fatura emitida pela empresa prestadora, serão encaminhados, simultaneamente, ao Departamento de Contabilidade da Administração, até 2 (dois) dias antes da data limite para o pagamento da prestação, providencia esta que caracterizará a conformidade e a correlação de ambos os documentos.

11 - DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento do valor contratual será processado conforme o cronograma, em 60 (sessenta) parcelas mensais, liberadas até o 10º (décimo) dia útil, contado a partir do encerramento do mês da prestação, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

11.2 - Os valores dos serviços medidos e aprovados pela Administração municipal deverão estar indicados na fatura, que será emitida em 2 (duas) vias e deverá estar acompanhada dos originais ou de cópias autenticadas dos seguintes documentos referentes ao mês anterior dos serviços prestados, exceção para a última fatura que será apresentada com os documentos do mês anterior e do mês da execução dos serviços:



PREFEITURA DE MONTE ALTO



a) Guias de Recolhimento do INSS, FGTS, ISS, PIS e COFINS, calculadas e recolhidas na forma da legislação pertinente, e

b) Folha de Pagamento dos empregados envolvidos nos serviços, quando solicitado pela Administração municipal, contendo valores detalhados e recibo de quitação bancário ou cópia dos contracheques.

11.3 - A não apresentação das comprovações indicadas no subitem anterior assegura à Administração municipal o direito de sustar o pagamento respectivo ou os pagamentos seguintes.

11.4 - A efetivação do pagamento à empresa contratada fica condicionada à ausência de registro no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008 e atualizações.

11.5 - A nota fiscal representativa dos serviços medidos deverá ser entregue, no primeiro dia útil subsequente à aprovação da respectiva medição no Departamento de Contabilidade da Administração municipal, acompanhado do termo de que trata o subitem 11.1.

11.6 - O prazo para pagamento somente será contado a partir da conferência e aceitação dos documentos pela Secretaria de Finanças e Orçamento e Departamento de Contabilidade.

11.7 - Os pagamentos serão efetuados exclusivamente por meio de crédito aberto em conta corrente ou ordem de pagamento, em conta corrente em nome da empresa contratada e o depósito da respectiva quantia configurará plena, geral e irrevogável quitação para todos os fins e efeitos de direito.

11.8 - É vedada a negociação das faturas ou duplicatas com terceiros.

11.9 - É também vedado o desconto ou a promoção da cobrança das faturas ou duplicatas por meio de banco, senão quando prévia e expressamente autorizado pela Administração municipal.

11.10 - Havendo atraso no pagamento, em decorrência de fato não atribuído à empresa contratada, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata tempore desde o dia do vencimento até a data do efetivo pagamento.

11.11 - Nenhum pagamento isentará a empresa contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva do serviços executados, total ou parcialmente.

11.12 - Nos termos do Decreto Municipal nº 4.655, publicado no Diário Oficial do Município no dia 4 de agosto de 2023, que regulamenta a IN RFB 1234/2012, o Município de Monte Alto efetuará as RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA incidente sobre o fornecimento de bens e prestações de serviços, conforme alíquotas dispostas na tabela anexa ao referido decreto.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Alto, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 3 (três) anos, ou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar



quaisquer atos previstos no artigo 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023.

12.2 - A sanção de que trata o item anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas moratórias previstas no Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, integrante deste Edital, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Com até 3 (três) dias úteis anteriores da data fixada para a abertura do certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da Concorrência Eletrônica.

13.2 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema ou através do correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.2.1 - As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pela Comissão de Contratação ou Unidade Requisitante no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao dia útil anterior à data fixada para a abertura do certame.

13.2.2 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

13.2.1 - As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pela Comissão de Contratação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

13.3 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

13.4 - Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, a Comissão de Contratação informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

13.5 - Havendo interposição de recurso a Comissão de Contratação informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

13.6 - Os recursos e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.gov.br/compras/pt-br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 13.5.

13.7 - A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 13.4 importará na decadência do direito de recorrer, podendo a Comissão de Contratação declarar



o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente os atos de adjudicação e homologação do procedimento licitatório.

13.8 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2 - Os casos omissos serão solucionados pela Comissão de Contratação e as questões relativas ao sistema, pelo Portal de Compras do Governo Federal.

14.3 - Das sessões públicas de processamento da Concorrência Eletrônica serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pela Comissão de Contratação.

14.4 - O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

14.4.1 - Para a Comissão de Contratação, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

14.4.2 - Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

14.5 - Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Administração municipal, para a Comissão de Contratação ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

14.6 - A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pela Comissão de Contratação na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

14.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.7.1 - As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública desta concorrência eletrônica.

14.7.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.8 - Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou pela Comissão de Contratação, via chat.

14.9 - O resultado desta concorrência e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Portal Nacional da Contratações Públicas



PREFEITURA DE **MONTE ALTO**



– PNCP, no Diário Oficial do Município e nos sítios eletrônicos: www.montealto.sp.gov.br. e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14.10 - Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

14.11 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Monte Alto.

Monte Alto, 2 de junho de 2.026.

MARIA HELENA AGUIAR RETTONDINI
Prefeita



ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026

PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026

SEI Nº 1657/2.026

Apresentamos nossa proposta para a prestação de serviço a seguir relacionado, de conformidade com as regras editalícias estabelecidas no edital pertinente:

Item	Descrição (*)	Unidade	Quantitativo	Valor Unitário Mensal Proposto R\$	Valor Subtotal Mensal Proposto (R\$)
1.	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ATIVOS DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFORME PARÂMETROS DEFINIDOS NO EDITAL Nº 71/2.026 E SEUS ANEXOS.				
1.1	Serviço de instalação de luminária LED 60W	unidade	2.017		
1.2	Serviço de instalação de luminária LED 80W	unidade	1.544		
1.3	Serviço de instalação de luminária LED 100W	unidade	1.236		
1.4	Serviço de instalação de luminária LED 120W	unidade	1.500		
1.5	Serviço de instalação de luminária LED 150W	unidade	612		
1.6	Serviço de instalação de braço médio (2 metros)	unidade	1.727		
1.7	Serviço de instalação de braço longo (3 metros)	unidade	215		
1.8	Serviço de instalação de braço decorativo (3 metros)	unidade	130		
1.9	Serviço de instalação de cintas (230 mm)	unidade	1.382		
Valor Total Mensal Proposto					
Valor Total Anual Proposto (12 meses)					
Valor Total Proposto (60 Meses)					

(*) para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens Compras.Gov mais semelhantes ao descrito nos Anexos I, II e III. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos

I - O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sessão pública da Concorrência Eletrônica.

II - Declaramos que o VALOR TOTAL DA PROPOSTA é irrevogável, e nele estão incluídos: os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais; as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.

III - Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IV - Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do Edital da Concorrência Eletrônica nº 99010/2.026 e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CEP:

FONE:

FAX:

E-MAIL:

CNPJ:

_____, ____ de _____ de 2.02_.
(CIDADE)

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

NOME COMPLETO:

CARGO:

PESSOA CREDENCIADA OU AUTORIZADA PARA ASSINAR O FUTURO CONTRATO

NOME COMPLETO:

CARGO:

CPF:

RG:

Nota: O proponente deverá rubricar a 1ª via desta planilha/proposta.

MODELO - A PROPOSTA DEVE SER EMITIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE



ANEXO II – PROJETO BÁSICO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026
PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026
SEI Nº 1657/2.026

Objeto

O presente PROJETO BÁSICO tem por objeto apresentar o conjunto de elementos necessários e suficientes para contratação de pessoa jurídica especializada na **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REORDENAÇÃO LUMINOTÉCNICA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALTO – SP, ATRAVÉS DA LOCAÇÃO DE LUMINÁRIAS LED QUE DEVERÃO SER INSTALADAS E INVENTARIADAS EM SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO, COM GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DE TODO O SISTEMA PELO PERÍODO DA LOCAÇÃO**, com a transferência da titularidade dos equipamentos ao final do prazo da locação para o MUNICÍPIO, conforme condições previstas na lei 14.133/2021.

A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA inclui as atividades necessárias para a aquisição, instalação, inventário, garantia de funcionamento do sistema de iluminação pública pelo período de 60 meses.

Ao final dos 60 meses haverá a transferência da titularidade dos equipamentos para o MUNICÍPIO, conforme condições previstas na lei 14.133/2021.

Valor

O valor estimado para a locação previstos no presente Projeto Básico, para todas as atividades e itens e nas suas quantidades, é de **R\$ 15.500.159,10**. para o período de 60 meses; baseado na planilha orçamentaria a seguir:

Tabela 1 - Tabela com o valor total da locação de ativos

Ite m	Descrição	Unidade	Quantitativo	Valor unitário da locação com BDI (R\$)	Valor total da locação (R\$)
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ATIVOS DO PARQUE DE 1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
1.1	Serviço de instalação de luminária LED 60W	unidade	2.017	R\$ 1.399,09	R\$ 2.821.955,19
1.2	Serviço de instalação de luminária LED 80W	unidade	1.544	R\$ 1.427,27	R\$ 2.203.697,89
1.3	Serviço de instalação de luminária LED 100W	unidade	1.236	R\$ 1.816,82	R\$ 2.245.591,19
1.4	Serviço de instalação de luminária LED 120W	unidade	1.500	R\$ 3.069,75	R\$ 4.604.631,19



PREFEITURA DE MONTE ALTO



1.5	Serviço de instalação de luminária LED 150W	unidade	612	R\$ 3.301,72	R\$ 2.020.655,12
1.6	Serviço de instalação de braço médio (2 metros)	unidade	1.727	R\$ 512,71	R\$ 885.451,96
1.7	Serviço de instalação de braço longo (3 metros)	unidade	215	R\$ 697,21	R\$ 149.900,63
1.8	Serviço de instalação de braço decorativo (3 metros)	unidade	130	R\$ 1.453,67	R\$ 188.977,41
1.9	Serviço de instalação de cintas (230 mm)	unidade	1.382	R\$ 274,46	R\$ 379.298,53
				VALOR TOTAL COM BDI	R\$ 15.500.159,10

Referências de preços

Para a composição dos custos foram utilizadas as tabelas de referência (não desonerada) com a última atualização disponível:

SINAPI	02/2026
EMOP	01/2026
SUDECAP	10/2025
ORSE	12/2025
CDHU	11/2025

Para os itens que não constam em nenhuma dessas referências foram utilizadas 3 cotações. Para o caso do software de gestão existem 2 fornecedores qualificados e esses apresentaram suas cotações.

Justificativa para a modernização do parque de IP

O MUNICÍPIO objetiva com esta contratação a eficiência energética de Iluminação Pública, de forma a reduzir o consumo de energia e aumentar os índices de iluminação das vias públicas, através da adoção da tecnologia LED, que atinja maiores índices de eficiência, ou seja, mais lúmens gerados com menos watts consumidos. Esta nova configuração trará melhoras na segurança viária, permitindo que veículos e pedestres circulem com mais segurança, enxergando melhor e prevenindo acidentes e atropelamentos.

Como o MUNICÍPIO não possui orçamento suficiente para a aquisição das luminárias LED à vista, a opção que se mostra mais vantajosa é a LOCAÇÃO DE ATIVOS. Assim, logo após o período de implantação das luminárias LED, o MUNICÍPIO contará com um parque modernizado e economicamente eficiente, sem a necessidade de desembolso imediato para a aquisição das luminárias.

Estudo luminotécnico

A finalidade da apresentação do estudo luminotécnico é:

- Respeitar as leis e normas;
- Pensar na integração da iluminação e do ambiente e não só na potência da fonte de luz;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



- Levar em conta o custo ao longo da vida e não somente o custo inicial;
- Avaliar a distribuição da luz das luminárias que serão utilizadas antes delas estarem aplicadas em campo.
- A apresentação do cenário de simulação de desempenho luminotécnico das luminárias IP apresentadas é necessária para:
 - Simular as condições da instalação iniciais e ao longo do tempo de operação;
 - Validar as exigências quantitativas e qualitativas de iluminação;
 - Confirmar a correta distribuição dos pontos e distribuição fotométrica;

A preparação do estudo luminotécnico das luminárias IP apresentadas NÃO CARACTERIZA UM PROJETO DE ENGENHARIA:

Trata-se de uma simulação rápida, precisa e confiável, com reprodução dos resultados bem próximos dos equipamentos instalados em campo;

Não exige deslocamento nos locais indicados pela Prefeitura, sendo suficientes os dados fornecidos neste Projeto Básico e as informações técnicas dos próprios fornecedores dos equipamentos propostos para sua elaboração;

A simulação é feita em poucos cenários, que representam situações típicas e representativas do parque de IP do Município, mas de forma não exaustiva;

Requer apenas o uso do software Dialux, gratuito (link para baixar o programa de forma gratuita: <https://www.dial.de/>)

Informações da simulação do estudo luminotécnico:

O Licitante deverá disponibilizar para ao município, gratuitamente, o arquivo digital (curva fotométrica) de todas as luminárias fornecidas, formato IES, não serão aceitos formatos LDT.

A simulação luminotécnica deverá ser elaborada no software de iluminação “DIALux evo” (software gratuito), conforme instruções contidas neste documento. A simulação deverá ser dirigida a Prefeitura Municipal de Monte Alto com o número do processo e edital sendo de total responsabilidade do Licitante. Deverá conter neste estudo assinatura do Licitante e do Engenheiro ou Técnico Responsável pela elaboração deste estudo.

Os mesmos deverão comprovar o vínculo entre a empresa e o profissional Engenheiro ou Técnico mediante a apresentação de carteira profissional (CTPS) ou ficha de registro de empregados (FRE), no caso de vínculo empregatício, de ato constitutivo, contrato social ou estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário, contrato de prestação de serviço e outros documentos juridicamente aceitáveis, que comprovem o aludido vínculo, ainda que por promessa de contratação.

Documentos para comprovação:

Envio de relatório de simulação luminotécnica gerado pelo software “Dialux evo”, entregue em meio virtual, pelo fornecedor da Luminária LED e ou Licitante, atendendo todas as características do respectivo “cenário/padrão”

- a) Meio virtual: Relatório extraído do software “Dialux evo” em Pdf;



- b) O licitante também deverá entregar junto com a amostra à “curva fotométrica” da luminária LED ofertada (via digital arquivo no formato ies);
- c) O técnico do município irá avaliar os resultados do relatório entregue e realizar seu parecer sobre o atendimento ou não da luminária LED ofertada;

Curva fotométrica: Arquivo. IES

No relatório de simulação luminotécnica deverá constar o modelo da luminária que originou a curva fotométrica utilizada na simulação, para isso, basta habilitar a informação no software quando produzir o relatório luminotécnico.

O modelo que originou a curva fotométrica utilizada na simulação deverá coincidir com o modelo da luminária ofertada e citada no catálogo ou declaração do fabricante. Pode se então concluir que deverá haver uma unidade na informação, ou seja, o modelo de luminária LED ofertada deverá ser a mesma no catálogo ou declaração do fabricante, na curva fotométrica e no relatório de simulação luminotécnica.

Etiquetagem dos pontos de Iluminação Pública

Todos os pontos de IP deverão ser etiquetados, com uma numeração sequencial de 5 dígitos para que os munícipes possam identificar facilmente os pontos para a abertura de chamado de iluminação com defeito. Essa etiqueta será fixada com abraçadeiras na base do braço de iluminação.

O cadastramento e etiquetagem de todos os pontos de IP da cidade iniciará nas primeiras semanas após a emissão da Ordem de Serviço. Assim que os pontos forem cadastrados no sistema de Gestão da Iluminação, o projetista realizará o projeto luminotécnico definindo assim a potência da luminária que será instalada.

Substituição das Luminárias atuais por Luminárias LED

Prazo máximo para início dos trabalhos de instalação é de 30 (trinta) dias contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Prefeitura. A mão de obra, veículos e equipamentos para a realização dos serviços definidos são de responsabilidade exclusiva da Licitante vencedora, podendo esta, a seu critério exclusivo, subcontratar terceiros ou alugar esses meios, desde que atendendo às exigências do Contrato.

Desinstalação das luminárias existentes.

Deve ser realizado o inventário georreferenciado em base cartográfica, em software específico, dos materiais retirados e colocados informando as características técnicas dos equipamentos retirados e dos equipamentos que os substituem, de forma que o MUNICÍPIO possa atualizar base de dados patrimonial do Sistema de Iluminação Pública.

Todo material ou equipamento retirado da rede de IP, em decorrência da execução dos objetos de responsabilidade da Licitante vencedora, deverá ser classificado e armazenado para posterior descarte, conforme o caso, em local a ser determinado pelo MUNICÍPIO.

O transporte, descontaminação e descarte dos resíduos poluentes e inutilizáveis deverão ser realizados por meio de empresa especializada ou pela própria Licitante vencedora, desde que atenda a todos os requisitos legais da legislação ambiental vigente.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



A instalação das luminárias locadas nos locais determinados pelo MUNICÍPIO, deverá obedecer ao Cronograma Físico-Financeiro proposto pela Licitante vencedora e aprovado pelo Município.

Após a execução da substituição das luminárias, a Licitante vencedora e a Prefeitura farão, conjuntamente, as medições dos índices de iluminância média e uniformidade média mínima da iluminação, conforme orientação da Norma ABNT NBR-5101 de 2024 de modo a comprovar o atendimento das condições estabelecidas no projeto.

Garantia de funcionamento do Parque de Iluminação Pública com tecnologia LED

Tendo em vista que os equipamentos de iluminação pública instalados no MUNICÍPIO são, durante o período de locação, de propriedade da licitante vencedora, serão de sua responsabilidade as seguintes atividades:

- ☐ Atualização permanente da base de dados patrimonial do Sistema de iluminação Pública.
- ☐ Gerenciamento permanente de todos os serviços relativos à iluminação Pública com atualizações informatizadas;
- ☐ O serviço de cadastramento abrange o levantamento em campo das características técnicas e geográficas dos equipamentos e materiais de todo o Sistema de Iluminação Pública do Município, a ser alocado num sistema informatizado, com atualização de dados constantes.

Recebimento de chamados dos munícipes:

A licitante vencedora será responsável por receber, registrar e tratar as solicitações dos munícipes relativas à manutenção do sistema de Iluminação Pública. Para tanto, deverá disponibilizar canais de atendimento ao cidadão que operem de forma ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana), aptos a receber comunicações sobre falhas, reclamações, sugestões e denúncias.

Deverão ser disponibilizados, no mínimo, os seguintes meios de atendimento:

Número de telefone gratuito (0800) e/ou aplicativo para dispositivos móveis (compatível com os sistemas Android e iOS) e/ou portal Web acessível, com funcionalidade para registro e acompanhamento das solicitações. As solicitações deverão ser atendidas no prazo máximo de 3 dias úteis.

Avaliação da taxa de falha do parque

Mensalmente durante 1 dia (pontos acionados durante o dia) e 1 noite (pontos desligados durante a noite) um fiscal do município ficará responsável por realizar uma amostragem conforme a NBR 5426 para avaliar a taxa de falha do parque de iluminação.

Tabela 2 - Critérios e penalidades

Critério	Penalidade
Pontos desligados à noite = Máximo tolerável até 2,5% do parque locado.	Desconto na receita do mês subsequente no valor de 5%.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Pontos acionados durante o dia = Máximo tolerável até 1,5% do parque locado.	Desconto na receita do mês subsequente no valor de 5%.
Atendimento das solicitações de manutenção acima de 24 horas úteis, desde que não comprovada a impossibilidade de reparo.	Desconto na receita do mês subsequente de 3 vezes o valor da locação do ponto atendido em atraso/ou não atendido.

Gerenciamento da Operação e Manutenção da IP:

O sistema de gerenciamento do parque de IP deve possuir módulo de operação e manutenção que permita emitir e controlar todas as atividades de manutenção corretiva com registro, acompanhamento e controle de todas as reclamações, realizadas, devidamente codificadas, relacionando suas causas, devidamente inseridas em sistemas.

Identificação da equipe interventora, de tal forma que possam ser emitidos relatórios gerenciais com análise estatística.

Organizar um conjunto de equipes de manutenção, devidamente uniformizadas e com identidade visual própria, associada à identidade do Município;

Realizar as intervenções necessárias nos pontos com defeitos, dentro dos prazos previstos neste Contrato;

Realizar intervenções de emergência nas condições e requisitos necessários;

Substituição dos equipamentos (luminária, relé fotoelétrico, braço, condutor, conectores e outros acessórios que se façam necessários) por outro de característica idêntica ou superior, em caso de defeito, baixo desempenho ou necessidade de reparos, sem custo para o MUNICÍPIO, exceto quando por acidentes, vandalismo, roubos, furtos e/ou danificados por ação climática, quando então os custos de substituição serão de responsabilidade do MUNICÍPIO.

Atualização do cadastro municipal de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, durante a vigência do contrato, que

deverá ser efetuada para os elementos já cadastrados e/ou que tenham suas características alteradas, assim como o registro completo de cada novo item instalado na rede de IP.

Cronograma de implantação

Tabela 3 - Cronograma de modernização do parque (luminárias instaladas por mês)

Cronograma Físico	Total	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4
LED 60W	2.017	MOBILIZAÇÃO	672	672	673
LED 80W	1.544	MOBILIZAÇÃO	515	515	514
LED 100W	1.236	MOBILIZAÇÃO	412	412	412
LED 120W	1.500	MOBILIZAÇÃO	500	500	500
LED 150W	612	MOBILIZAÇÃO	204	204	204
Quantidade Total Luminárias	6.909		2.303	2.303	2.303
Total de luminárias modernizadas			2.303	4.606	6.909



PREFEITURA DE MONTE ALTO



O cronograma apresentado poderá sofrer alterações desde que justificado e com a concordância do município por motivos de força maior.

Regularização junto a Concessionária de Energia Elétrica

Após o término dos serviços, a CONTRATADA deverá elaborar o Projeto "as built", emitir ART de execução, encaminhar para administração Municipal para que possa regularizar o cadastramento das mudanças de Luminárias/Lâmpadas "HID" por Luminárias de Led, realizadas no parque de iluminação junto a Concessionária de energia (CPFL).

Todas as informações e documentação necessária para esse serviço deverá ser realizado junto a administração Municipal e a Concessionaria de Energia.

Normas técnicas e definições

Este PROJETO BÁSICO foi elaborado a partir de Normas Técnicas vigentes no padrão da CONCESSIONÁRIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, ABNT, normas internacionais.

Este PROJETO BÁSICO adota as últimas revisões das normas técnicas e regulação abaixo relacionadas quando aplicáveis:

- ☐ ABNT IEC-PAS 62612 - Lâmpadas LED com dispositivo de controle incorporado para serviços de iluminação geral - Requisitos de desempenho;
- ☐ ABNT IEC-TS 62504 - Termos e definições para LEDs e os módulos de LED de iluminação geral;
- ☐ NBR 16026 - Dispositivo de controle eletrônico CC ou CA para módulos de LED - Requisitos de desempenho;
- ☐ NBR IEC 61347-2-13 - Dispositivo de controle da lâmpada - parte 2-13 Requisitos particulares para dispositivos de controle eletrônicos alimentados em CC ou CA para os módulos de LED;
- ☐ NBR IEC 62560 - Lâmpadas LED com dispositivo de controle incorporado para serviços de iluminação geral para tensão acima 50V - Especificações de segurança;
- ☐ NBR IEC 60598 - Luminárias - parte 1: requisitos gerais ;
- ☐ ABNT NBR IEC 60529 — Graus de proteção providos por invólucros (Códigos IP);
- ☐ NBR IEC 62262 – Graus de proteção assegurados pelos invólucros de equipamentos elétricos contra os impactos mecânicos externos (código IK);
- ☐ NBR IEC 60598-1 - luminárias - parte 1: requisitos gerais;
- ☐ NBR IEC 62031 - Módulos de LED para iluminação em geral - Especificações de segurança;
- ☐ NBR 5101 - Iluminação Pública - Procedimento;
- ☐ NBR 15129 - Luminárias para iluminação pública - Requisitos particulares;
- ☐ IEC/PAS 62722-2-1 - Luminaire Performance - part 2-1: Particular requirements for LED luminaires;
- ☐ IEC 61000-4-4 - Electromagnetic Compatibility (EMC) - part 4-4: Testing and measurement techniques - Electrical fast transient/burst immunity test;

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026 - PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026 – SEI Nº 1657/2.026



PREFEITURA DE MONTE ALTO



- ☐ IEC 61000-4-5 - Electromagnetic Compatibility (EMC) - part 4-5: Testing and measurement techniques - Surge immunity test;
- ☐ IES LM-79 - Electrical and Photometric Measurements of solid-state lighting product;
- ☐ IES LM-80 - Measuring lumen maintenance of led light sources;
- ☐ Portaria 478 INMETRO - Luminárias para Lâmpadas de Descarga e LED;
- ☐ ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- ABNT NBR IEC 61643-1 – Dispositivos de Proteção Contra Surtos em Baixa Tensão – Parte 1: Dispositivos de proteção conectados a sistemas de distribuição de energia de baixa tensão – Requisitos de desempenho;
- CPFL GED-3446 Iluminação Pública – Montagem;

Todos os procedimentos relativos à prestação de serviços nas instalações de iluminação pública contidas neste PROJETO BÁSICO deverão atender as Normas Técnicas e Resoluções da ANEEL, abaixo relacionadas:

- Resolução Normativa nº 888 de 07 de dezembro de 2021
- Resolução Normativa nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021
- ☐ Resolução Normativa nº 956 de 07 de setembro de 2021
- ☐ Resolução Normativa nº 959 de 07 de dezembro de 2021

Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho

- ☐ NR-1 - Disposições Gerais
- ☐ NR-4 - Serviços especializados em engenharia e segurança do trabalho
- ☐ NR-6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI
- ☐ NR-7 - Programa de controle médico de saúde ocupacional
- ☐ NR-9 - Programa de prevenção de riscos ambientais
- ☐ NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade NR-11 - Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais
- ☐ NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, Anexo 12 – Equipamentos de guindar para elevação de pessoas e realização de trabalhos em altura.
- ☐ NR-18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria de construção
- ☐ NR-35 - Trabalho em Altura.

Siglas utilizadas:

- ☐ ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- ☐ INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



- ☐ **ANEEL** - Agência Nacional de Energia Elétrica;
- ☐ **IEC** - International Electro Technical Commission;
- ☐ **IES/IESNA** - Illuminating Engineering Society of North America;
- ☐ **ANSI** - American National Standards Institute;
- ☐ **IEEE** - Institute of Electrical and Electronics Engineers;
- ☐ **NVLAP** - National Voluntary Laboratory Accreditation Program;
- ☐ **UL** - Underwriters Laboratories.

Definições:

- ☐ **Avanço**: Distância transversal entre o meio-fio e o centro aparente da luminária.
- ☐ **Cadastro Georreferenciado**: Registro individualizado das Unidades de Iluminação Pública e demais elementos associados, com dados quantitativos, características físicas e operacionais e posicionamento geográfico, constituindo a base de dados do inventário patrimonial da rede Iluminação Pública.
- ☐ **CIP: Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública**.
- ☐ **Circuito para Alimentação das Unidades de Iluminação Pública**: Rede secundária de distribuição de energia elétrica, podendo ser do tipo Aérea, onde os condutores são fixados aos postes de concreto da Concessionária de Energia Elétrica do Município; ou do tipo Subterrâneo, quando os condutores são instalados no solo, sendo caracterizados ainda quanto ao acionamento das unidades:
- ☐ **Comando em Grupo**: Circuito próprio, alimentado por transformador ou a partir de um ponto de alimentação na rede secundária de distribuição da Concessionária, comandado por chave magnética acionada por relé fotoelétrico, energizando um conjunto de unidades;
- ☐ **Comando Individual**: Unidades alimentadas diretamente a partir da rede secundária de distribuição da Concessionária, acionadas por reles fotoelétricos individuais.
- ☐ **Conjunto óptico**: É composto pelo refletor, pelo refrator, lente secundária ou parte ótica dos LED de uma luminária, sendo responsável por todo o controle, distribuição e direcionamento do fluxo luminoso.
- ☐ **Eficiência luminosa (unidade: lm/W – lúmens por watt)**: É a capacidade de conversão de energia elétrica em luminosidade, expressa pela razão entre o fluxo luminoso emitido por uma fonte de luz (em lúmens) e a potência elétrica consumida por essa mesma fonte (em watts).
- ☐ **Eficiência energética: (ou rendimento)**: Uso racional da energia, que consiste em converter uma menor quantidade de energia para fornecer a mesma quantidade de valor energético convertido.
- ☐ **Fator de potência**: Razão entre potência ativa (em watts - W) e a potência reativa ou aparente (em volt-amperes - VA) presentes em um circuito elétrico.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



- ☐ **Fator de uniformidade de Iluminância (U):** Relação entre o menor valor de iluminância (E_{min}) em uma área considerada e o valor da iluminância média ($E_{média}$) nessa mesma área, expresso pela fórmula $E_{min}/E_{média}$.
- ☐ **Fluxo luminoso (unidade: lm - lúmens):** É a quantidade total de energia luminosa, emitida por segundo por uma fonte de luz.
- ☐ **Fotometria:** Medição de grandezas associadas com a luz, podendo ser visual ou física, avaliada de acordo com uma dada função de eficácia luminosa espectral.
- ☐ **Grau de Proteção ou Ingress Protection (IP):** Graduação estabelecida em função da proteção de um determinado equipamento à penetração de sólidos e líquidos.
- ☐ **Harmônicas:** Frequências presentes no circuito elétrico, provenientes de uma distorção indesejada que ocorre na forma de onda da frequência fundamental da corrente ou da tensão.
- ☐ **Índice de Reprodução de Cor (IRC):** Caracteriza a aptidão de uma fonte luminosa em fidelizar o aspecto das cores de um objeto que ela ilumina. Seu valor pode variar de 1 a 100 – quanto maior o valor do índice, melhor a reprodução das cores.
- ☐ **Iluminância:** Quantidade de fluxo luminoso incidente por unidade de área iluminada.
- ☐ **LED:** Light Emitting Diode: Diodo emissor de luz.
- ☐ **Lúmen (lm):** Unidade de fluxo luminoso.
- ☐ **Luminotécnica:** Aplicação das técnicas de iluminação, considerada sob seus vários aspectos.
- ☐ **Lux (lx):** Unidade de iluminância.
- ☐ **Melhoria ou Remodelação:** Tipo específico de serviço de garantia de funcionamento programada, portanto executado mediante solicitação prévia da Municipalidade, que consiste na substituição de unidade ou outro elemento da Rede de Iluminação Pública existente por outra configuração de montagem ou tecnologia, incluindo os serviços de eficiência energética, ou seja, aqueles voltados à redução do consumo de energia.
- ☐ **Remoção de Unidade:** Atividade de garantia de funcionamento programada que consiste na retirada temporária de unidade de Iluminação Pública, com posterior reinstalação.
- ☐ **Serviço de Garantia de Funcionamento:** Correspondem a todas as atividades necessárias para que a Rede de Iluminação Pública continue desempenhando sua função e opere em condição normal, padronizada e de segurança, podendo ser classificada em:
 - ✓ **Corretiva:** Atividades para o restabelecimento integral da operação da Rede de Iluminação Pública em função das ocorrências de queima, falha, acidente, furto, vandalismo, instalação inadequada ou desempenho deficiente; e,
 - ✓ **Programada:** Atividade planejada de reparos ou substituições preventivas visando o prolongamento da vida útil dos equipamentos ou a recomposição das condições operacionais da Rede de Iluminação Pública, executados mediante Ordem de Serviço específica emitida pela Fiscalização.
- ☐ **Pronto Atendimento:** Atividades que correspondam aos serviços requeridos em algum equipamento ou componente de Iluminação Pública, que estejam ocasionando obstrução, parcial ou total, à circulação normal de veículos ou pedestres e, ou, que ofereça riscos, ou danos, de qualquer natureza à população e, ou, ao patrimônio Público ou de terceiros, devendo ser executados imediatamente e em caráter de emergência.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



- ☐ **Serviço de Ronda:** Serviço periódico realizado na extensão total da rede de Iluminação Pública, visando detectar quaisquer falhas, irregularidades operacionais ou das instalações, ou que venha colocar em risco a segurança da população.
- ☐ **Serviços de Ampliação:** Serviços programados destinados à expansão da Rede de Iluminação Pública, executados mediante Ordem de Serviço específica emitida pela Fiscalização.
- ☐ **Sistema de Informações:** Formado por um conjunto de sistemas informatizados, com bancos de dados integrados e interface operacional intuitiva, de fácil operação, disponível onde e quando necessário, com opções de pesquisa e relatórios, incluindo mapas e gráficos, voltados ao controle operacional e gestão completa dos serviços de Iluminação Pública.
- ☐ **Supressão de Unidade:** Atividade de garantia de funcionamento programada que consiste na retirada definitiva da unidade de Iluminação Pública.
- ☐ **Temperatura de Cor (K):** Caracteriza a cor aparente de uma fonte luminosa. É expressa em kelvin.
- ☐ **Unidade Aérea:** Unidade de Iluminação Pública normalmente instalada em postes de concreto da Concessionária de Energia Elétrica do Município, alimentada por circuito aéreo.
- ☐ **Unidade de Iluminação Pública:** caracteriza-se como o conjunto completo formado por luminária e seus respectivos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento e sustentação, podendo também ser identificada como ponto de iluminação ou ponto luminoso, independentemente do número de lâmpadas e luminárias nela instaladas.
- ☐ **Unidade Subterrânea:** Unidade de Iluminação Pública instalada em estrutura de suporte da Municipalidade, normalmente em poste de aço, com alimentação por circuito subterrâneo.
- ☐ **Vida do LED:** Tempo durante o qual o LED funciona até se tornar inútil, ou ser considerado inútil de acordo com os critérios especificados.

Considerações finais

Todas as atividades previstas neste PROJETO BÁSICO deverão ser executadas pela Licitante Vencedora segundo os padrões e requisitos previstos nas normas vigentes no Município, ABNT, Concessionária de Energia Elétrica bem como as relativas à Segurança e Medicina do Trabalho e normas de Trânsito.

A Licitante Vencedora será responsável por quaisquer acidentes que venha a causar danos aos pedestres, em propriedades, veículos de terceiros, nas redes das Concessionárias de energia elétrica e telefonia durante a execução das atividades.

Caberá ao MUNICÍPIO, toda a gestão junto aos órgãos públicos caso seja necessário (civil, militar, policiais etc.), concessionárias (energia elétrica, telefonia, TV a Cabo etc.) e empresas privadas, no intuito de liberar, isolar, proteger áreas, circuitos, interferências etc., visando o desenvolvimento eficiente de todos os trabalhos previstos no objeto desta licitação.

A execução do objeto deste PROJETO BÁSICO será fiscalizada pelo MUNICÍPIO, por meio de funcionários, devidamente credenciados, com autoridade para, em seu nome, exercer quaisquer ações de orientação geral, controle e fiscalização.

Para os fins previstos no subitem anterior caberá ao MUNICÍPIO: Indicar formalmente um representante da secretaria responsável com delegação para representá-lo no cumprimento das obrigações contratuais;

Colocar à disposição da Licitante vencedora os documentos técnicos integrantes do acervo dos equipamentos de Iluminação Pública do MUNICÍPIO, tais como manuais de fornecedores, plantas, catálogos etc., necessários à execução do Contrato;

Interceder junto às autoridades competentes no sentido de facilitar a execução do objeto contratado; Evitar esforços junto aos órgãos da Administração Pública em geral no sentido de que consultem a

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026 - PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026 – SEI Nº 1657/2.026



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Licitante vencedora, pelo menos 30 (trinta) dias antes de concordarem ou autorizarem projetos de engenharia ou arquitetônicos que possam interferir ou dificultar a execução do objeto contratado;

Autorizar à Concessionária de energia elétrica local os serviços de distribuição de energia necessários à interligação da rede de Iluminação Pública;

Realizar suas atividades de modo a que não ocorram desencontros com as atividades desenvolvidas pela Licitante vencedora, informando esta da necessidade de rever sua programação, quando for o caso;

Proporcionar livre acesso aos técnicos e prepostos da Licitante vencedora aos locais que estiverem sob o controle do MUNICÍPIO e onde se encontrem instalados os equipamentos destinados à execução do objeto deste PROJETO BÁSICO e do Contrato dele decorrente;

Não executar nenhuma modificação nas instalações de iluminação pública sem estar de comum acordo com a Licitante vencedora, informando aos usuários dos serviços de Iluminação Pública sobre as obrigações e os limites contratuais de modo a bem caracterizar a ação da Licitante vencedora.

Contratar os seguros contra acidentes, vandalismo, roubos, furtos e danos por ação climática, que cubram a totalidade do valor dos bens locados.

Constituem responsabilidades precípua da Licitante vencedora:

A qualificação, certificação e quantificação, dos recursos de mão de obra, insumos, equipamentos e ferramentas necessários à execução dos trabalhos, atendendo as normas vigentes, tais como NR-10, NR-35, etc.;

A observância plena das leis e normas regulamentares da execução dos trabalhos e condições de segurança a eles relacionadas, cabendo-lhe exclusivamente a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e ou acidentárias promovidas por prepostos e ou empregados;

Manter preposto responsável durante a implantação e execução das atividades, com experiência; Zelar pela boa imagem de seus profissionais.

Os veículos que realizarão as atividades, deverão estar em perfeitas condições de funcionamento e conservação, para a segurança dos usuários, identificados com o logo da Prefeitura e da Licitante vencedora, sendo a Licitante vencedora responsável pelas autorizações de tráfego e estacionamento atendendo ao disposto na legislação pertinente.

Os veículos com cesto aéreo isolado apresentados para a realização do objeto deste PROJETO BÁSICO deverão estar em perfeitas condições de funcionamento e conservação, providos com itens de segurança veicular:

- ☐ Sinalização tipo giroflex,
- ☐ Sistema de rastreamento GPS
- ☐ Faixas refletivas conforme Código Brasileiro de Trânsito
- ☐ Aviso sonoro de marcha ré

Cones de sinalização de trânsito com altura mínima de 75 cm nas cores laranja e branco refletivos com mínimo de 10 peças por veículo.

CADASTRAMENTO DOS PONTOS DE IP

O cadastramento de todos os pontos de IP da cidade iniciará nas primeiras semanas após a emissão da Ordem de Serviço. Assim que os pontos forem cadastrados no sistema de Gestão da Iluminação, o projetista realizará o projeto luminotécnico definindo assim a potência da luminária que será instalada.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



É obrigação e responsabilidade da CONTRATADA: Realizar o inventário físico da totalidade dos equipamentos que compõe o PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, assim como compilar os registros dos dados obtidos nos SERVIÇOS de campo em tempo real no CADASTRO; Inserir no CADASTRO todos os dados essenciais à execução de serviços de qualquer natureza pela CONTRATADA, referentes às características técnicas e de localização de cada PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e dos demais equipamentos da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; Efetuar e registrar por meio de sistema móvel informatizado, a alteração superveniente de dados, sempre que realizar intervenções, modificações nas instalações de Iluminação Pública, de forma individual para cada PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA da rede instalada, para fins de integração e atualização do CADASTRO BASE; Garantir no registro a indicação precisa do local, a identificação do PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ou equipamento da rede, incluindo seu código cadastral, materiais retirados e instalados, com indicação de fabricante e datas de execução.

O CADASTRO deverá conter, para cada Ponto de Iluminação pública, pelo menos as seguintes informações:

Caracterização da localização:

- Tipo de logradouro público (rua, avenida, praça, parque, ciclovia); • Endereço do logradouro do PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, sendo que para ponto com logradouro sem identificação, deverá ser registrado o endereço mais próximo ao ponto; Código do logradouro; • Bairro; • MUNICÍPIO; • CEP; • Etiqueta do PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (quando existir); • Posição georreferenciada (latitude, longitude)
- Caracterização da via: • Classe viária (Trânsito Rápido, Arterial, Coletora ou Local); • Classe de Iluminação das vias de conflito (C1, C2, C3 e C4); • Classe de iluminação da via de pedestres (P1, P2, P3, P4, P5 ou P6); • Gabarito da via segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA); • Largura da via de veículos transversal ao PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; • Largura da via de pedestres transversal ao PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; • Lâmpada e Luminária; • Finalidade de Iluminação (viária, pedestre, ciclovia, histórica, praças, parques, passarela, destaque e túneis);
- Tecnologia da LUMINÁRIA; • Fabricante e modelo da LUMINÁRIA; • Data de instalação da LUMINÁRIA; • Eficiência da LUMINÁRIA [lm/W]; • Tipo de LUMINÁRIA (padrão viário, decorativo, projetor, embutida no solo, balizador ou demais tipos) • Potência da LUMINÁRIA [W]; • Ajuste angular da inclinação das LUMINÁRIAS.

Poste e Braço:

- Para os PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA instalados em vias de veículos: Estrutura de posteação (unilateral, bilateral frontal ou alternada, canteiro central); • Altura de instalação da LUMINÁRIA [m]; • Quantidade de LUMINÁRIAS no poste; • Modelo dos núcleos de topo de poste para instalação do conjunto de LUMINÁRIAS, quando houver; • Modelo do braço de ILUMINAÇÃO PÚBLICA com informações referentes data da de instalação; • Comando e Energia: • Tipo de Comando; • Se comando em grupo, código do grupo; • Material do Condutor; • Bitola do Condutor; • Fabricante e modelo do relé fotoeletrônico (se houver); • Data de instalação do relé fotoeletrônico (se houver).

Outros: • Perda de potência total dos equipamentos auxiliares; • Fabricante e modelo do dispositivo de SISTEMA DE TELEGESTÃO (se houver); • Data de instalação do dispositivo de SISTEMA DE TELEGESTÃO (se houver).

Histórico de intervenções: • Data da instalação quando tratar de melhorias, modernização e ampliação da rede de Iluminação Pública; • Dia e hora da realização de toda e qualquer intervenção;

- Equipe responsável pela intervenção; • Descrição sumária dos procedimentos realizados; • Registro de reclamações; • Registros das manutenções corretivas realizadas (histórico) constando a data do atendimento ao serviço de manutenção; • Registro das atividades de manutenção preventiva e preditiva (histórico) constando a data de realização do serviço



TIPIFICAÇÃO DE PROJETO LUMINOTÉCNICO PARA READEQUAÇÃO
DA LUMINOSIDADE DAS PRINCIPAIS VIAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO

Baseado nos projetos luminotécnicos, os logradouros serão adequados nas simulações que mais se aproximam das condições do logradouro.

Para a execução dos Projetos Luminotécnicos, a licitante deverá utilizar como referência a Norma ABNT NBR 5101:2024.

Os índices de iluminância média mínima e uniformidade deverão seguir conforme o indicado nas tabelas abaixo:

Tabela 4 - Luminância média mínima e uniformidade para cada classe de Via Motorizada

	Iluminância		Incremento de limiar
Classes de iluminação	Eméd <= (lux mínimo mantido)	Uo (E) >=	fTI (%)
C0	50	0,38	14
C1	30	0,38	14
C2	20	0,28	14
C3	15	0,18	15
C4	10	0,18	16
C5	7,5	0,18	16

Tabela 5 - Iluminância média e mínima e uniformidade para os Passeios

			Se necessidades adicionais para reconhecimento facial forem requeridas
Classes de iluminação	Iluminância média horizontal E (lux mínimo mantido)	Iluminância mínima horizontal E (lux mantido)	Iluminância vertical mínima E (lux mantido)
P1	20	4	6
P2	15	3	5
P3	10	2	3
P4	7,5	1,5	2,5
P5	5,0	1	1,5
P6	3,0	0,6	1



Tabela 6 - Fluxo luminoso por característica de via

Estudo de fluxo luminoso para atender os Requisitos Fotométricos

C4 / P4			
Passeio (m)			1,5
Logradouro (m)			6,0
Vão entre Postes (m)			33,0
Recuo do poste (m)			0,0
Inclinação do braço			0
Altura da luminária (m)			7,0
Braço - Projeção horizontal			2,0
Tipo de iluminação			Unilateral
Fator de manutenção			0,85
Lúmens Mínimos Necessários (lm)			10.800
Tabelas Oficiais Públicas de Referência			Potência Nominal Necessária (W)
Eficiência Mínima	180	(lm/W)	60
C3 / P4			
Passeio (m)			2,0
Logradouro (m)			9,0
Vão entre Postes (m)			34,0
Recuo do poste (m)			0,0
Inclinação do braço			0
Altura da luminária (m)			9,5
Braço - Projeção horizontal			2,0
Tipo de iluminação			Unilateral
Fator de manutenção			0,85
Lúmens Mínimos Necessários (lm)			14.400
Tabelas Oficiais Públicas de Referência			Potência Nominal Necessária (W)
Eficiência Mínima	180	(lm/W)	80



PREFEITURA DE MONTE ALTO



C2 / P3			
Passeio (m)			2,0
Logradouro (m)			10,0
Vão entre Postes (m)			33,0
Recuo do poste (m)			0,0
Inclinação do braço			0
Altura da luminária (m)			8,7
Braço - Projeção horizontal			3,0
Tipo de iluminação			Unilateral
Fator de manutenção			0,85
Lúmens Mínimos Necessários (lm)			18.000
Tabelas Oficiais Públicas de Referência			Potência Nominal Necessária (W)
Eficiência Mínima	180	(lm/W)	100
C1 / P3			
Passeio (m)			2,0
Logradouro (m)			8,0
Vão entre Postes (m)			41,0
Recuo do poste (m)			1,0
Inclinação do braço			0
Altura da luminária (m)			10,0
Braço - Projeção horizontal			0,5
Tipo de iluminação			Canteiro Central
Largura do canteiro (m)			2
Fator de manutenção			0,85
Lúmens Mínimos Necessários (lm)			21.600
Tabelas Oficiais Públicas de Referência			Potência Nominal Necessária (W)
Eficiência Mínima	180	(lm/W)	120



C1 / P3

Passeio (m)			2,0
Logradouro (m)			9,0
Vão entre Postes (m)			31,0
Recuo do poste (m)			0,0
Inclinação do braço			0
Altura da luminária (m)			9,0
Braço - Projeção horizontal			3,0
Tipo de iluminação			Unilateral
Fator de manutenção			0,85
Lúmens Mínimos Necessários (lm)			27.000
Tabelas Oficiais Públicas de Referência			Potência Nominal Necessária (W)
Eficiência Mínima	180	(lm/W)	150

MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS

1. Condutores

A fiação interna dos novos braços deve utilizar cabos de cobre flexíveis (tipo PP) de 3 x 1,5 mm², com isolamento de 750 v e classe de encordoamento 4 ou 5. Os condutores devem possuir isolamento em PVC/A e cobertura em PVC-ST1 (ambas antichama BWF-B), atendendo rigorosamente às normas, NBR NM 280 e NBR NM 247-2e demais regulamentações vigentes da ABNT.

O cabo deve possuir três vias (preto, azul e branco) com dupla isolamento. Não serão permitidas emendas no interior do braço, exceto na conexão com a luminária. Para esta ligação, é obrigatório o uso de conectores de torção, visando mitigar riscos de energização da estrutura metálica e garantir a segurança contra acidentes.



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

2. Conectores

CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE DE CDP 70 ou 1,5-10mm²/10-95mm²;



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

3. Braços Convencionais

3.1 Braço para iluminação pública com 2 metros de tubo, com encaixe da luminária com espessura de parede entre 1,5mm à 3mm e com ângulo final de 0° à 5 graus em relação ao solo, base de fixação em perfil estampado Totalmente galvanizado a fogo por imersão, tubo sem costura, o material devera estar isento de rebarbas, retoques e amassados. Sapata de 260mm comprimento, 4cm de aba e 7,5cm.

3.2 Braço para iluminação pública com 3 metros de tubo, com encaixe da luminária com espessura de parede entre 1,5mm à 3mm, e com ângulo final de 0° à 5 graus em relação ao solo, base de fixação em perfil estampado totalmente galvanizado a fogo por imersão, tubo sem costura, o material devera estar isento de rebarbas, retoques e amassados. Sapata de 260mm comprimento, 4cm de aba e 7,5cm. Imagem meramente ilustrativa:



MATERIAL UTILIZADO PARA BRAÇO CONVENCIONAL COM BASE EM NORMAS CONSTRUCTIVAS:

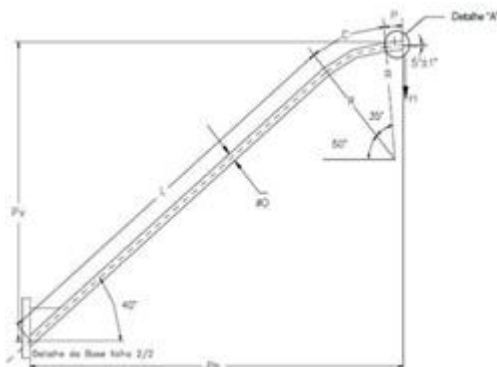
Tubo de aço SAE 1010 a 1020, com ou sem costura. Chapa e Perfil

“U” de aço SAE 1010 a 1020 laminado.

Espessura mínima da parede do tubo deve ser de 1,5mm e a máxima de 3mm.

ACABAMENTO Zincado por imersão a quente com camada mínima de 75 microns. O braço não deve apresentar achatamento.

IDENTIFICAÇÃO Na peça deve ser estampado de forma legível e indelével, no mínimo nome ou marca do fabricante e mês/ano de fabricação.



BRAÇO MÉDIO E BRAÇO LONGO CONVENCIONAL



4. Braço Ornamental

Braço ornamental de iluminação pública em formato alegórico a ramo de café, produzido em estrutura metálica tubular de aço carbono galvanizado, com comprimento total de 3000 mm, diâmetro externo de Ø50,8 mm (2 polegadas) e espessura de parede de 1,5 mm. Sapata de fixação em aço galvanizado com espessura de 3 mm, altura de 360 mm e largura de 75 mm, contendo aba de fixação de 40 mm. O conjunto possui mão francesa com inclinação de 45°, com dimensões de 140 mm x 100 mm x 100 mm, destinada ao reforço estrutural e aumento da resistência mecânica do conjunto.

O sistema de fixação do ornamento ao braço metálico é composto por 4 suportes metálicos soldados. A distância entre a sapata e o primeiro suporte é de 530 mm, sendo este suporte com comprimento de 75 mm. O segundo suporte está posicionado a 600 mm do primeiro, com comprimento de 160 mm.

O terceiro suporte encontra-se a 700 mm do segundo, com comprimento de 150 mm. O quarto suporte está posicionado a 590 mm do terceiro, com comprimento de 100 mm.

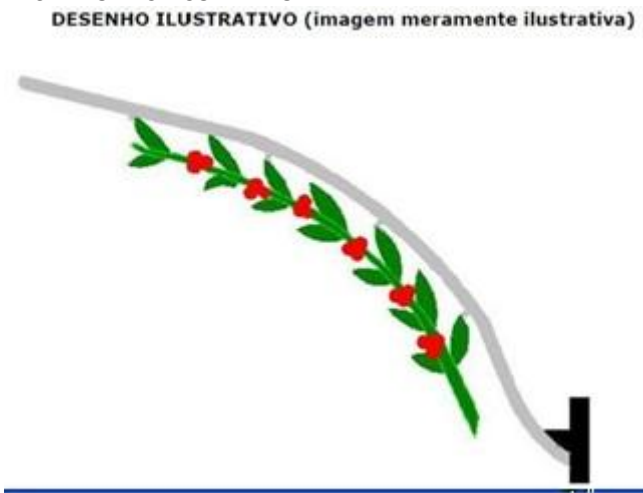
O ornamento em formato de ramo de café é produzido em chapa metálica galvanizada com espessura de 1,5 mm, possuindo dimensões gerais de 2275 mm de comprimento total e largura de 540mm. E o elemento inferior com 56mm de largura e o elemento superior com 250mm de largura. O conjunto apresenta desenvolvimento longitudinal conforme distribuição dimensional ao longo do eixo central: 227 mm, 259 mm, 322 mm, 232 mm, 286 mm, 292 mm e 300 mm no lado esquerdo, e 277 mm, 294 mm, 352 mm, 245 mm, 273 mm, 290 mm e 299 mm no lado direito, garantindo proporcionalidade geométrica do ornamento.

O conjunto ornamental é composto por um caule central curvo, ao longo do qual se distribuem 7 grupos de elementos decorativos, sendo cada grupo composto por 3 frutos de café e 2 folhas posicionadas lateralmente em lados opostos do caule, além de 2 folhas superiores no topo, totalizando 16 folhas e 21 frutos de café. Os frutos possuem diâmetros variáveis conforme o desenho técnico e estão distribuídos ao longo do eixo do ramo, respeitando os pontos de referência indicados (A e B) para posicionamento relativo. Cada folha apresenta um corte central com largura de 3 mm, destinado à representação das nervuras naturais e à redução da carga aerodinâmica incidente sobre a estrutura. O conjunto é fabricado em corpo único (monobloco), por meio de corte a laser e solda contínua, garantindo integridade estrutural e acabamento uniforme.

O acabamento superficial é realizado com pintura das folhas e do caule na cor verde místico código 5.004.83, e dos frutos de café na cor vermelho Royal código 3.001.82, seguido da aplicação de verniz de alto sólido com proteção contra radiação ultravioleta, ação antiferrugem e resistência às intempéries.

DESENHO TECNICO ANEXO XVII

DESENHO ILUSTRATIVO (imagem meramente ilustrativa)





5. Luminárias

Descrição das Luminárias LED Potências máximas: 60w; 80w; 100w; 120w; 150w;

Certificado conforme a Portaria 62/22 do INMETRO ativo, luminária fechada com Lentes de polímero/polycarbonato, o corpo das luminárias deve ser confeccionado em liga de alumínio injetado a alta pressão, pintado (pintura eletroestática), as luminárias poderão possibilitar a fixação em braços com diâmetro de 33 ± 2 mm a 66 ± 2 mm, através de no mínimo 02 (dois) parafusos de fixação em aço inox ou mais, com comprimento de encaixe suficiente para garantir a total segurança do sistema, eficiência nominal mínima $\geq 180\text{LM/}$, em tensão nominal 100 – 277 VAC, Frequência: 50/60Hz, potências máximas 60w, 80w, 100w, 120w, 150w; temperatura de cor 5000K, Índice de Reprodução de Cores (IRC): ≥ 70 ; Fluxo luminoso mínimo conforme potência x lumens/watts da luminária, grau de proteção mínima do conjunto IP-67 Resistência a impactos mecânicos (Classificação IK) mínima IK-09, adequada para sistema de tele gestão, com base de relé fotoeletrônico 7 pinos. Vida útil do Conjunto: Mínimo de 108.000 horas, Grau de proteção mínimo do driver IP67, Fator de Potência mínimo de 0,99, garantia mínima de 5 anos, respectivo ajuste de ângulo de montagem direto na luminária sem adaptador; deve apresentar um nível de bolha, facilitando uma instalação precisa durante a execução e garantindo condições ideais de performance fotométrica para atender às exigências dos diversos cenários luminotécnicos. Com controle de distribuição media limitada, Tipo II.

O licitante deverá apresentar JUNTAMENTE COM A AMOSTRA os requisitos mínimos dos ensaios mencionados neste documento, conforme Portaria do Inmetro 62/2022. (emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO):

- ☐ Ensaios em módulos de led para iluminação em geral NBR IEC 62031
- ☐ Electromagnetic Compatibility (EMC) - part 4-4: Testing and measurement techniques - Electrical fast transient/burst immunity test IEC 61000-4-4
- ☐ Electromagnetic Compatibility (EMC) - part 4-5: Testing and measurement techniques - Surge immunity test IEC 61000-4-5
- ☐ Ensaios Aplicáveis Portaria Inmetro nº 62 e normas secundárias LM79, LM80, ABNT 60598-1, ABNT 62262 Portaria Inmetro nº 62/2022
- ☐ Performance das Luminárias IEC/PAS62722-2-1

A licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar as Amostras e os seguintes documentos relativos às luminárias de LED ofertadas: Catálogo técnico do fabricante/importador contendo as especificações completas do modelo proposto e ele deverá constar 5 (cinco) anos de garantia, nos termos da alínea "j", do subitem 5.2., do item 5. **REQUISITOS DE MARCAÇÕES E INSTRUÇÕES, do Anexo I - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA LUMINÁRIAS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA, da Portaria INMETRO 62/2022**

Inserir na proposta readequada: marca, modelo, fabricante e declaração formal de garantia, a ser apresentada na proposta comercial, com prazo mínimo de 5 (cinco) anos a contar da data de instalação, abrangendo defeitos de fabricação.

Dimensões dos caracteres alfa-numéricos para marcação da potência da luminária

Material da Etiqueta: Adesivo na cor branca de PVC, fonte Arial na cor preta, material com proteção UV. Resistência a Intempérie.

	Marcação	Da potência
	Dime	sões (mm)



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Cotas	Pequena	Grande
A	25,4 \pm 1,6	76,2 \pm 1,6
B		
C	9,525 (mínimo)	31,75 (mínimo)
D	3,175 (mínimo)	6,35 (mínimo)



Não serão aceitas luminárias com LED tipo COB, pois neste tipo de tecnologia, toda a potência do módulo se concentra em uma área muito pequena, podendo ocorrer depreciação no módulo LED devido à maior dificuldade na dissipação do calor produzido.

Nos módulos SMD, o conjunto de LEDs é distribuído sobre uma placa com área muito maior, o que resulta em uma densidade de potência muito menor, ou seja, a potência total do módulo é distribuída em uma grande área, o que facilita a dissipação de calor.

Outro motivo do uso apenas de módulo SMD é que nesta tecnologia, pelo fato de cada módulo ser formado por um conjunto de LEDs independentes como fonte de luz, quando um LED apresenta problema individualmente, apenas a série de LEDs da qual ele faz parte se apaga, não havendo queda drástica de luminosidade no local.

Já na tecnologia COB, como se trata de um chip único emissor de luz, um módulo inteiro se apaga quando o LED apresenta problemas. Supondo que uma luminária apresente apenas um módulo de LEDs, em caso de falha, esta se apagaria por completo, o que não ocorreria na tecnologia SMD.

As características de distribuição de luz da luminária devem proporcionar no piso uma superfície de iluminação uniforme, com valores decrescendo de forma regular no sentido da luminária para os eixos transversal e longitudinal do chão. Não deve permitir o aparecimento de manchas claras ou escuras que comprometam a correta percepção dos transeuntes. As medições das características fotométricas devem ser conforme procedimento e normas IESNA LM-79-2008, IESNA LM-80-2008, IES TM-21, e ABNT NBR 5101.

6. Cinta

CIRCULAR/QUADRADA DE 140MM à 310MM, EM AÇO CARBONO GALVANIZADO A FOGO PARA POSTE



Observação: A maioria das abraçadeiras existentes estão em condições de serem reutilizadas



7. Relé Fotoeletrônico

- Os relés fotoeletrônicos devem ser projetados para trabalhar sob as seguintes condições de serviço:
- Instalação externa; temperatura ambiente entre -5°C e $+50^{\circ}\text{C}$; tensão nominal de comando de 105 a 305 V e carga resistiva de 1000 W ou indutiva de 1800 VA.
- Os relés fotoeletrônicos devem possuir como sensor, uma foto transistor ou fotodiodo em silício encapsulado, e comando de acionamento eletrônico.
- A tampa do relé deve ser em policarbonato, estabilizado contra efeito de radiação ultravioleta, resistente ao impacto e às intempéries, deve ser fornecido na cor azul e em peça única,
- Os relés fotoeletrônicos devem ter seus contatos NF (normalmente fechado). Os pinos de contato devem ser de latão estanhado.
- A gaxeta de vedação (ou anel antivibratório) deve ser conforme exigências da ABNT-NBR 5123.
- Os relés fotoeletrônicos na operação, devem ligar uma lâmpada indicadora de acordo com os requisitos dispostos na NBR 5123.
- Os níveis para ligar e desligar, devem ser diferenciados, de acordo com a posição do sensor no relé, conforme indicado (figuras ilustrativas):
- Relés com sensor na posição lateral: os níveis de atuação para ligar devem se situar entre 6 e 15 lux e para desligar no máximo 25 luxes.
- Relés com sensor no topo: os níveis de atuação para ligar devem se situar entre 45 e 55 luxes e para desligar no máximo 70 luxes.
- **Figura meramente ilustrativa: Relé**



- O relé fotoeletrônico deve ter meios, como varistor ou alta-impedância própria, de forma a suportar, sem danos, surtos de no mínimo 10kV crista ($1,2 \times 50\mu\text{s}$), estando conectado a um circuito com fonte de capacidade mínima de 5kA crista. O relé fotoeletrônico deve possuir um tempo de retardo para acionamento de 2 a 10 segundos, para proteção contra incidência de iluminação transitória, raios, faróis de carros ou mudanças na luz ambiente.
- O relé fotoeletrônico deve ligar uma carga, numa faixa de tensão de alimentação do circuito do comando de 105 a 305 volts, e uma faixa de temperatura de $-5^{\circ}\text{C} \pm 1^{\circ}\text{C}$ a $+50^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$. O comportamento a 70°C deve ser conforme exigências da ABNT-NBR 5123.
- Os relés fotoeletrônicos devem atingir no mínimo 15.000 ciclos de operação. A capacidade de fechamento de contatos será conforme exigências da ABNT-NBR 5123.
- Os relés fotoeletrônicos devem atender ao grau de proteção mínimo IP-65
- Os relés fotoeletrônicos durante uma queda repentina de tensão tendem a operar e apagar a lâmpada, porém devem ser capazes de restabelecer o acendimento após a normalização da tensão.
- Os relés devem ser conforme exigências e métodos da norma ABNT-NBR 5123. O relé fotoeletrônico deve ser marcado de forma legível e indelével com no mínimo as seguintes informações:
- nome e/ou marca do fabricante;
- indicações direcionais para a instalação e remoção;
- modelo ou código de catálogo do fabricante;
- faixa de tensão nominal a ser aplicada no circuito de comando;
- potência ativa e potência aparente da carga;
- calendário para controle de instalação e retirada;
- **O prazo final de garantia deve ser gravado na base inferior do relé, sendo em relevo ou de forma indelével, contendo a palavra Garantia e a data inicial e a data final (mm/aaaa), não inferior a 180 (cento e oitenta) meses, a partir do ano vigente, devendo esses prazos serem declarados em proposta readequada e constar em catálogo técnico do fabricante/importador.**

QUANTITATIVO DO MATERIAL A SER INSTALADO



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Tabela 7 - Lista de material para modernização

Material	Quantidade	Unidade
LED 60W	2.017	peças
LED 80W	1.544	peças
LED 100W	1.236	peças
LED 120W	1.500	peças
LED 150W	612	peças
Braço médio (2 metros)	1.727	peças
Braço longo (3 metros)	215	peças
Braço decorativo (3 metros)	130	peças
Cinta (230 mm)	1.382	peças
Relé fotoeletrônico	6.909	peças
Condutor	38.000	metros
Conector perfurante	20.727	peças
Conector de torção	20.727	Peças

MÃO DE OBRA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Tabela 8 - Equipe para modernização do parque

Equipe operacional	Empregado/Trabalhador
Encarregado	8
Eletricista	8
Motorista	8
Ajudante de eletricista	8
Equipe de cadastro	
Engenheiro sênior - Projeto	1
Arquiteto/Engenheiro projetista	1
Projetista/Cadista	1
Equipe de gestão	
Engenheiro Eletricista	1
Almoxarife	1
Auxiliar administrativo	1
Auxiliar de serviços gerais	1
Total	39

SOFTWARE A SER UTILIZADO

As seguintes funcionalidades deverão ser atendidas:

Funcionalidades mínimas:



Descrição

1. Sistema deve permitir que usuários se autentiquem por tela de login e tenha acesso as funcionalidades pertinentes ao seu perfil de usuário
2. Sistema deve permitir a manutenção de Pontos Luminosos, inclusão, exclusão, alteração de carga.
3. Sistema deve permitir a visualização dos pontos luminosos cadastrados no sistema através de mapa
4. Sistema deverá permitir a abertura do cadastro de um novo ponto de maneira simplificada
5. Sistema deve possibilitar a importação dos dados do último ponto cadastrado
6. Sistema deve permitir o ajuste da localização do ponto a ser cadastrado no mapa de maneira manual
7. Sistema deverá possuir para pesquisa o campo “Etiqueta do ponto luminoso
8. Sistema deverá possuir o campo “Situação do ponto luminoso” e as opções devem ser configuradas de maneira simplificada antes de ir ao campo.
9. Sistema deverá permitir fotografar o ponto luminoso e armazenar estas fotografias para posterior envio ao servidor, independente da disponibilidade de internet o sistema deverá concluir o cadastro, sendo enviadas as informações com a conexão estabelecida.
10. Sistema deve ser capaz de operar todas as funcionalidades em modo offline e online em relação à rede de dados
11. Sistema deve trabalhar de maneira integrada ao módulo WEB de gerenciamento.
12. Sistema deve permitir a abertura de chamados de manutenção e despacho da ocorrência para a equipe.



ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026
PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026
SEI Nº 1657/2.026

1. OBJETIVO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia visando a execução de serviços de reordenação luminotécnica do sistema de iluminação pública do município através da locação de luminárias LED que deverão ser instaladas e inventariadas em sistema de georreferenciamento, com garantia de funcionamento de todo o sistema pelo período da locação, com garantia de funcionamento assegurada através de serviços de manutenção corretiva e preventiva de todo o sistema LED durante toda vigência do contrato, incluindo o gerenciamento informatizado de todo o parque de iluminação pública do município de Monte Alto/SP.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Todas as empresas licitantes, **cadastradas ou não**, deverão apresentar Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação, bem como Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que cumpre fielmente o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Como condição prévia, a Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação dos licitantes, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;
- Relação de empresas apenadas pela Administração Municipal de Monte Alto.

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Além disto, caberá à licitante comprovar:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026 - PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026 – SEI Nº 1657/2.026



a. Habilitação Jurídica: a contratada deverá comprovar que está regularmente constituída como pessoa jurídica.

b. Regularidade Fiscal: a contratada deverá comprovar que está em dia com suas obrigações fiscais, mediante a apresentação de certidões negativas de débitos tributários federais, estaduais e municipais, ou certidão positiva com efeito de negativa, quando permitido pela legislação.

c. Regularidade Trabalhista: a contratada deverá comprovar que está em dia com suas obrigações trabalhistas, mediante certidões de débitos trabalhistas ou certidão positiva com efeito de negativa, quando permitido pela legislação.

d. Regularidade Econômica Financeira: a contratada deverá comprovar que está em dia com suas obrigações econômicas financeiras mediante a apresentação de certidão negativa de falência, bem como da apresentação de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando-se índices conforme Edital.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

e. Capacidade Técnica:

- Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

- Capacitação **Técnico-Operacional** para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto, comprovada através de um, ou mais, atestados (emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado) devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, que comprove que a licitante executou para empresas públicas ou privadas, no mínimo, 50% de serviços similares ao do objeto da presente licitação a contento, nos termos do § 2º, do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujas parcelas de maior relevância são:

✓•Gestão informatizada de parque de iluminação pública com fornecimento de mão de obra e materiais e, uso de sistema informatizado (software) para controle/monitoramento remoto dos serviços no Parque de Iluminação Pública;

✓•Serviço de Manutenção e Operação do Sistema de Iluminação Pública, com fornecimento de mão de obra, materiais, e equipamentos;

✓•Serviços de Substituição e/ou Remoção de luminárias, ou de projetor fixo, em poste ou em braço para iluminação em logradouros (ruas, parques, praças, estacionamentos), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

✓•Serviços de Substituição e/ou Remoção de braço para iluminação em logradouros (ruas, parques, praças, estacionamentos), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos



- Capacitação **Técnico-Profissional**: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação, devidamente registrado em entidade de classe profissional, limitadas estas exclusivamente de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação descritos acima, dispensada, nos termos da jurisprudência aplicável, a demonstração de quantitativos mínimos.

A comprovação do vínculo entre a empresa e o profissional detentor do atestado exigido acima deverá ser feita mediante a apresentação de carteira profissional (CTPS) ou ficha de registro de empregados (FRE), no caso de vínculo empregatício, de ato constitutivo, contrato social ou estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário, contrato de prestação de serviço e outros documentos juridicamente aceitáveis, que comprovem o aludido vínculo.

A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A contratada deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

3. QUANTITATIVO E ESTIMATIVA DE VALOR

Conforme previsto no Projeto Básico, o valor estimado para a locação de todas as atividades e itens e nas suas quantidades, é de R\$ 15.500.159,10 (quinze milhões quinhentos mil cento e cinquenta e nove reais e dez centavos) para o período de 60 meses, baseado na planilha orçamentaria a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quantitativo	Valor unitário da locação com BDI (R\$)	Valor total da locação (R\$)
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ATIVOS DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
1.1	Serviço de instalação de luminária LED 60W	unidade	2.017	R\$ 1.399,09	R\$ 2.821.955,19
1.2	Serviço de instalação de luminária LED 80W	unidade	1.544	R\$ 1.427,27	R\$ 2.203.697,89
1.3	Serviço de instalação de luminária LED 100W	unidade	1.236	R\$ 1.816,82	R\$ 2.245.591,19
1.4	Serviço de instalação de luminária LED 120W	unidade	1.500	R\$ 3.069,75	R\$ 4.604.631,19
1.5	Serviço de instalação de luminária LED 150W	unidade	612	R\$ 3.301,72	R\$ 2.020.655,12
1.6	Serviço de instalação de braço médio (2 metros)	unidade	1.727	R\$ 512,71	R\$ 885.451,96
1.7	Serviço de instalação de braço longo (3 metros)	unidade	215	R\$ 697,21	R\$ 149.900,63
1.8	Serviço de instalação de braço decorativo (3 metros)	unidade	130	R\$ 1.453,67	R\$ 188.977,41
1.9	Serviço de instalação de cintas (230 mm)	unidade	1.382	R\$ 274,46	R\$ 379.298,53
				VALOR TOTAL COM BDI	R\$ 15.500.159,10



4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS A SEREM INSTALADOS.

Todas as especificações técnicas atinentes aos produtos e serviços que deverão ser fornecidos estão bem delimitados no Projeto Básico item “MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS”, do edital.

Caberá à executada dar fiel cumprimento à todas as especificações técnicas lá descritas, sob pena de imposição das penalidades legais.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Será executado o fornecimento e instalação de placa em lona conforme normas e Leis vigentes, constituída por: banner em lona com impressão digital de alta resolução, requadro em metalon; inclusive fornecimento de estrutura de fixação da placa em metalon pintado e fornecimento de materiais, acessórios e a mão de obra necessária para instalação completa da placa.

5.2 MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.

5.2.1 EQUIPAMENTOS

A empresa contratada deverá manter sobre todos os equipamentos utilizados para execução dos serviços contratuais, rigoroso controle e monitoramento quanto à segurança e condições operacionais adequadas para o uso.

A empresa contratada deverá utilizar caminhões equipados com Cesto aéreo de no mínimo 9m de altura para a realização do serviço em vias públicas. O equipamento deverá estar em conformes com as normas de segurança e em bom estado de conservação.

Os veículos automotores utilizados para execução dos serviços contratuais deverão estar, quando for o caso, devidamente registrados e regularmente licenciados perante os órgãos de trânsito e atender as exigências técnicas da concessionária de energia. De igual forma, os condutores desses veículos deverão ser regularmente habilitados perante os órgãos de trânsito, sendo detentores de Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida, adequada e compatível.

5.2.2 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI’S

Deverão ser adquiridos, disponibilizados e fiscalizado o uso correto de EPI’s adequados a todas as atividades, bem como mantido um estoque mínimo, de forma a garantir a substituição imediata, quando necessário.

A empresa contratada deverá assegurar os EPI’s objetivando neutralizar a ação de certos agentes que podem causar lesões ao trabalhador, conforme Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE, tais como:

Protetores para cabeça; Protetores para face;

Protetores para os membros inferiores; Protetores para os membros superiores; Protetores contra queda com diferença de nível

5.2.3 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC’S



Deverão ser adquiridos, disponibilizados e fiscalizado o uso correto de EPC's adequados a todas as atividades, bem como mantido um estoque mínimo, de forma a garantir a substituição imediata, quando necessário, conforme Norma Regulamentadora e seus anexos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE, principalmente para serviços de:

Instalações elétricas Serviço em altura Serviço a céu aberto Proteção contra incêndio

Para a realização das atividades a empresa contratada deverá assegurar os EPC's objetivando neutralizar, atenuar ou sinalizar os riscos dos trabalhos executados, tais como:

Conjuntos de isolamento de rede; Conjuntos de aterramentos; Tapetes de borracha;
Cones de sinalização reflexivos e bandeiras;

5.3 CANTEIROS DE OBRAS

Deverá ser obrigatória, a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) por todo o pessoal envolvido na execução da obra, tais como botas, capacetes, cintos de segurança, óculos de proteção e demais itens exigidos conforme as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho vigentes.

As normas constantes deste instrumento e/ou suas sucessoras, bem como as demais não citadas neste e nos demais itens a seguir e que se referem ao objeto da obra deverão ser os parâmetros mínimos a serem obedecidos para sua perfeita execução.

5.4 MÃO-DE-OBRA

a) Os custos com mão de obra deverão incluir todos os encargos e despesas necessários à plena execução e entrega dos serviços, em conformidade com os procedimentos e exigências estabelecidos na legislação vigente.

b) Os profissionais envolvidos, deverão estar devidamente treinados e habilitados para exercer as atividades com rede elétrica energizada, com trabalho em altura e operação dos equipamentos empregados na execução dos serviços. “NR 10; NR 12; E NR 35”

c) Deve ser considerado que, para a composição dos valores de referência de materiais e mão de obra, foram utilizados o Boletim Referencial de Custos da CDHU – 11/2025, o SINAPI 02/2026, EMOP 01/2026, SUDECAP 10/2025, o ORSE 12/2025, todos sem a aplicação de BDI.

d) Os custos considerados nas cotações de mercado foram apenas para fornecimento de material, sem BDI.

e) Ainda deverão considerar todos os custos para realização e entrega dos serviços, tais como retirada dos materiais e equipamentos existentes, instalação dos materiais e equipamentos propostos no projeto, atendendo a todos os procedimentos que determina a legislação vigente.

f) A execução da retirada das luminárias existente deverá considerar a atividade de descontaminação das lâmpadas vapor de sódio e mercúrio, através de empresa devidamente credenciada na CETESB, apresentando laudo de destinação final de acordo com a legislação ambiental.



6. ELABORAÇÃO DE ESTUDO LUMINOTECNICO:

O Licitante deverá disponibilizar para o município, gratuitamente, o arquivo digital (curva fotométrica) de todas as luminárias fornecidas, formato IES, não serão aceitos formatos LDT.

A simulação luminotécnica deverá ser elaborada no software de iluminação “DIALux evo” (software gratuito), conforme instruções contidas neste documento. A simulação deverá ser dirigida a Prefeitura Municipal de Monte Alto com o número do processo e edital sendo de total responsabilidade do Licitante. Deverá conter neste estudo assinatura do Licitante e do Engenheiro ou Técnico Responsável pela elaboração deste estudo.

Os mesmos deverão comprovar o vínculo entre a empresa e o profissional Engenheiro ou Técnico mediante a apresentação de carteira profissional (CTPS) ou ficha de registro de empregados (FRE), no caso de vínculo empregatício, de ato constitutivo, contrato social ou estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário, contrato de prestação de serviço e outros documentos juridicamente aceitáveis, que comprovem o aludido vínculo, ainda que por promessa de contratação.

Quando apresentar: Junto com a Amostra.

O técnico do município irá avaliar os resultados do relatório entregue e realizar seu parecer sobre o atendimento ou não da luminária LED ofertada;

Documentos para comprovação:

Envio de relatório de simulação luminotécnica gerado pelo software “Dialux evo”, entregue em meio virtual, pelo fornecedor da Luminária LED, atendendo todas as características do respectivo “cenário/padrão”

a) Meio virtual: Relatório extraído do software “Dialux evo” em Pdf;

b) O licitante também deverá entregar junto com a amostra à “curva fotométrica” da

luminária LED ofertada (via digital arquivo no formato ies);

c) Certificação Ativa junto ao INMETRO na Portaria Inmetro n.º 20/62, por meio de cópia impressa ou digital.

Curva fotométrica: Arquivo. IES

No relatório de simulação luminotécnica deverá constar o modelo da luminária que originou a curva fotométrica utilizada na simulação, para isso, basta habilitar a informação no software quando produzir o relatório luminotécnico.

O modelo que originou a curva fotométrica utilizada na simulação deverá coincidir com o modelo da luminária ofertada e citada no catálogo ou declaração do fabricante. Pode se então concluir que deverá haver uma unidade na informação, ou seja, o modelo de luminária LED



ofertada deverá ser a mesma que constar da proposta, no catálogo ou declaração do fabricante, na curva fotométrica e no relatório de simulação luminotécnica.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

Conforme Cronograma Físico Financeiro.

8. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA A SER CONTRATADA

A empresa a ser contratada obriga-se a:

- Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Edital;
- Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- Promover a entrega dos itens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante;
- Adotar medidas para a entrega dos itens solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela Contratante;
- Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados;
- Providenciar a imediata troca do item julgado inadequado ou que não atenda as especificações;
- Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da Contratante ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas;
- Responsabilizar-se pelo transporte/entrega dos itens solicitados;
- Dirigir tecnicamente os serviços e obras, executando-os com rigorosa observância ao estabelecido nas Instruções Normativas, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária, assumindo a responsabilidade civil por qualquer erro ou imperícia;
- Fornecer toda a mão de obra, ferramental e equipamentos à execução dos serviços;
- A empresa a ser contratada se responsabiliza pela obtenção de autorização para entrar no sistema de distribuição da Concessionária de Energia Elétrica, solicitando com a devida antecedência os desligamentos, quando necessários e respeitando os prazos impostos pela Concessionária;
- A empresa a ser contratada se obriga a informar à Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição;
- A empresa a ser contratada deverá registrar o presente contrato no CREA e encaminhar ao MUNICÍPIO, cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica, referente a todos os serviços de engenharia;



- Os serviços deverão ser realizados com os devidos EPI's (equipamentos de proteção individual), que serão fornecidas pela empresa a ser contratada, devendo a empresa a ser contratada promover a rápida e imediata substituição sempre que necessário;
- Todos os materiais e equipamentos fornecidos pela empresa a ser contratada deverão ser absolutamente novos. Todos os materiais e equipamentos caracterizados como irregulares nesta verificação deverão ser substituídos por outros novos, sem qualquer ônus para o contratante;
- A empresa a ser contratada fica obrigada a cumprir a todas as exigências normativas e legais pertinentes à Segurança e Medicina do Trabalho;
- A empresa a ser contratada obriga-se ainda a executar toda a movimentação necessária de equipamentos e materiais, inclusive os materiais retirados, e manter atualizada toda a documentação do sistema de IP, devendo comunicar por escrito as alterações que vierem a ocorrer;
- A empresa a ser contratada deverá constituir a infraestrutura necessária, adequada e indispensável à integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, equipamentos tais como veículos com escada giratória, camionete ou caminhão com cesto aéreo e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado;
- A empresa a ser contratada deve garantir, durante a execução dos serviços, a continuidade e a segurança do tráfego, a proteção e a conservação dos serviços executados; e sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito;
- A empresa a ser contratada deverá apresentar um registro de todos os serviços realizados e materiais utilizados no parque de iluminação pública do Município. O relatório deverá ser gerado uma vez por mês, e este se converterá no Boletim de Medição, que deverá ser, obrigatoriamente, aprovado pela Administração municipal. O relatório deverá conter as seguintes informações mínimas: data, materiais aplicados, serviços realizados, equipe de trabalho, observações gerais. Para fins de deduções fiscais;
- Ao final da execução dos serviços, havendo manifestação expressa do Município de Monte Alto/SP, os ativos de iluminação pública serão doados ao Município, sem custos adicionais, ficando a cargo do Município toda e qualquer manutenção sobre referido ativo a partir de então.

9. GARANTIA DOS PRODUTOS APÓS TRANSFERÊNCIA

Ao final da execução dos serviços, a empresa a ser contratada fará a transferência dos ativos de iluminação pública instalados ao Município de Monte Alto/SP, os quais passarão a ser administrados exclusivamente pelo Município, eximindo a empresa a ser contratada de proceder a qualquer correção ou manutenção no Parque de IP ou nos ativos doados.

Após o recebimento dos ativos, sendo caso de devolução ao fabricante/fornecedor das luminárias para reparo ou substituição dentro do período de garantia contratual (o qual sempre terá início a partir da data de instalação do produto), todas as despesas decorrentes do transporte, substituição ou reparação do material defeituoso no almoxarifado ou no poste, correrão por conta do Município de Monte Alto/SP, bem como as despesas para entrega e instalação das respectivas luminárias novas ou reparadas.

Conforme preceitua o Código de Defesa do Consumidor o prazo para reclamações de vícios existentes em produtos duráveis é fixado em 90 (noventa) dias, o qual a doutrina trata como Garantia Legal. O mesmo documento, em seu artigo 50, cita a Garantia Contratual, aquela concedida de modo facultativo pelo fornecedor através de um Termo de Garantia, cujos efeitos



são complementares à Garantia Legal, ou seja, elas se somam para compor a garantia total do bem.

Logo, fica estabelecido que o fabricante/fornecedor, ao conceder a Garantia Contratual de seu produto, o consumidor gozará do prazo de Garantia Contratual acrescido de mais 90 (noventa) dias de Garantia Legal, salientando que o prazo da Garantia Legal somente passará a ser contado quando esgotado o prazo da Garantia Contratual.

Fica estabelecido que, quando o produto for trocado em razão de vícios pelo fabricante/licitante, o consumidor terá direito ao prazo que restar da Garantia Contratual acrescido de mais 90 (noventa) dias de Garantia Legal, cujo termo inicial será sempre a data de instalação do produto.

Na hipótese de defeito dentro do prazo de garantia, o fornecedor terá o prazo estabelecido pelo CDC (Código de Defesa do Consumidor brasileiro) para sanear o defeito, contados a partir da comunicação, por escrito, do município.

Os produtos fornecidos em substituição aos defeituosos somente serão aceitos após a constatação, pelo município, de que se encontram em perfeitas condições.

10. REGULARIZAÇÃO JUNTO A CONCESSIONÁRIA

Após o término dos serviços, a empresa a ser contratada deverá elaborar o Projeto "*as built*", emitir ART de execução, encaminhar para administração Municipal para que possa regularizar o cadastramento das mudanças de Luminárias/Lâmpadas "HID" por Luminárias de Led, realizadas no parque de iluminação, junto à Concessionária de energia (CPFL). Todas as informações e documentações necessárias para este serviço deverão ser obtidas junto à Administração Municipal e à Concessionaria de Energia.

11. CATÁLOGO TÉCNICO e CERTIFICADO DO INMETRO DAS LUMINÁRIAS OFERTADAS.

- A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar os catálogos técnicos das luminárias ofertadas com os respectivos certificados do INMETRO para que a Prefeitura tenha possibilidade da verificação quanto à existência de certificado ativo junto ao INMETRO, ao cumprimento das normas da NBR 5101:2024 (Iluminação Pública), bem como à obrigatoriedade de atendimento à Portaria nº 62 do INMETRO 2022.

- Em razão do disposto no item 5. REQUISITOS DE MARCAÇÕES E INSTRUÇÕES, do Anexo I - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA LUMINÁRIAS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA, da Portaria INMETRO 62/2022, especificamente no subitem 5.2, alínea "j", do catálogo técnico deverá constar a garantia oferecida pelo fabricante ou pelo importador.

12. AMOSTRAS

A empresa classificada em primeiro lugar deverá entregar os catálogos técnicos dos itens ("Luminárias de LED, Relé Foeletrônico e Braço Ornamental" diretamente na plataforma do certame, e, as amostras presencialmente, em até 20 (vinte) dias corridos.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Em sendo necessário, a licitante classificada provisoriamente convocada a apresentar seus catálogos poderá requerer a dilação do prazo para apresentação do catálogo técnico referente ao braço ornamental por até 15 (quinze) dias corridos, em razão da especificidade do produto.

Apresentar as amostras das luminárias, do relé fotoelétrico, braços ornamental e convencional, conforme catálogo técnico apresentado anteriormente; desenho técnico detalhado do braço ornamental, descrevendo, inclusive, o modo construtivo dos respectivos produtos a fim de aferir a conformidade do projeto com as normas técnicas e regulamentares que devem ser observadas. A amostra do braço ornamental deverá, ainda, estar acompanhada do laudo e do ensaio realizado, especificando todo o descritivo técnico apresentado nesse Memorial Descritivo (Braço com Ramo de Café), por instituto credenciado pelo INMETRO conforme normas: ABNT, 2001, Braço Ornamental de aço para iluminação – NBR 14744; ABNT, 1995, ABNT, 1988, Forças devidas ao vento em edificações – NBR 6123. Também deverá apresentar com a amostra, declaração referente a galvanização por imersão a quente de produtos de aço e ferro fundido, emitida pela galvanizadora ABNT, 2016, para a licitante e ou fabricante, conforme especificação: NBR 6323.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO IV – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026
PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026
SEI Nº 1657/2.026

001	LED 60W				VALOR TOTAL	281,06
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
SINAPI	42245	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 51 W ATE 67 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN	1,00	R\$ 210,65	210,65
ORSE	10636	RELÉ FOTOELÉTRICO INTERCAMBIÁVEL - INDIVIDUAL - TENSÃO SECUNDÁRIA 105-305V –NF	UN	1,00	R\$ 15,77	15,77
ORSE	13192	CONECTOR ELÉTRICO 2P P/FIO 2,5MM², WAGO OU SIMILAR	UN	3,00	R\$ 0,95	2,85
EMOP	11557	CONECTOR PERFURANTE REDE SUBTERRANEA TENSÃO 0,6/1KV, IP-65, PRINCIPAL 6 A 185MM² DERIVACAO 1,5 A 10MM²	UN	3,00	R\$ 6,94	20,82
CDHU	P.08.000.043223/CDHU	CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 3 X 1,5 MM², ISOLAMENTO 500V - ISOLAÇÃO PP 70° C, BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA, GASES TÓXICOS E CORROSIVOS; REF. SILFLEX PP 500V DA SIL, FLEXICOM DA COBRECOM OU EQUIVALENTE	M	5,50	R\$ 5,63	30,97

002	LED 80W				VALOR TOTAL	303,59
-----	---------	--	--	--	-------------	--------



PREFEITURA DE MONTE ALTO



REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
SINAPI	42246	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 68 W ATE 97 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN	1,00	R\$ 233,18	233,18
ORSE	10636	RELÉ FOTOELÉTRICO INTERCAMBIÁVEL - INDIVIDUAL - TENSÃO SECUNDÁRIA 105-305V –NF	UN	1,00	R\$ 15,77	15,77
ORSE	13192	CONECTOR ELÉTRICO 2P P/FIO 2,5MM², WAGO OU SIMILAR	UN	3,00	R\$ 0,95	2,85
EMOP	11557	CONECTOR PERFURANTE REDE SUBTERRANEA TENSÃO 0,6/1KV, IP-65, PRINCIPAL 6 A 185MM²DERIVACAO 1,5 A 10MM²	UN	3,00	R\$ 6,94	20,82
CDHU	P.08.000.043223/CDHU	CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 3 X 1,5 MM², ISOLAMENTO 500V - ISOLAÇÃO PP 70° C, BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA, GASES TÓXICOS E CORROSIVOS; REF. SILFLEX PP 500V DA SIL, FLEXICOM DA COBRECUM OU EQUIVALENTE	M	5,50	R\$ 5,63	30,97
003	LED 100W				VALOR TOTAL	615,04



PREFEITURA DE MONTE ALTO



REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ORSE	P.15.000.034127	LUMINÁRIA PÚBLICA LED RETANGULAR PARA POSTE, 14.200 A 18.000 LM, IRC>=70, TEMPERATURA COR 5000K/6500K, EFICIÊNCIA MÍNIMA 120LM/W, IP>=66; REF. P-702-SPXL2508100 SPLEDLUX, LPMI-120W MEPÓ ILUMINA, 7017570 LEDVANCE, FLEDSS21-5K FORTLIGHT OU EQUIVALENTE	UN	1,00	R\$ 544,63	544,63
ORSE	10636	RELÉ FOTOELÉTRICO INTERCAMBIÁVEL - INDIVIDUAL - TENSÃO SECUNDÁRIA 105-305V –NF	UN	1,00	R\$ 15,77	15,77
ORSE	13192	CONECTOR ELÉTRICO 2P P/FIO 2,5MM², WAGO OU SIMILAR	UN	3,00	R\$ 0,95	2,85
EMOP	11557	CONECTOR PERFURANTE REDE SUBTERRÂNEA TENSÃO 0,6/1KV, IP-65, PRINCIPAL 6 A 185MM² DERIVAÇÃO 1,5 A 10MM²	UN	3,00	R\$ 6,94	20,82
CDHU	P.08.000.043223/CDHU	CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 3 X 1,5 MM², ISOLAMENTO 500V - ISOLAÇÃO PP 70° C, BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA, GASES TÓXICOS E CORROSIVOS; REF. SILFLEX PP 500V DA SIL, FLEXICOM DA COBRECOM OU EQUIVALENTE	M	5,50	R\$ 5,63	30,97

004	LED 120W				VALOR TOTAL	1.616,76
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ORSE	14195	LUMINÁRIA EM LED P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA LED VDR III, 120 W, 4000 K, IP-66, IRC>70, FP>0,98, 151LM/W, FLUXO DE	UN	1,00	R\$ 1.546,35	1.546,35



PREFEITURA DE MONTE ALTO



		18.200LM, RELÉ PARA 7 PINOS, INSIGHT LED OU SIMILAR				
ORSE	10636	RELÉ FOTOELÉTRICO INTERCAMBIÁVEL - INDIVIDUAL - TENSÃO SECUNDÁRIA 105-305V –NF	UN	1,00	R\$ 15,77	15,77
ORSE	13192	CONECTOR ELÉTRICO 2P P/FIO 2,5MM ² , WAGO OU SIMILAR	UN	3,00	R\$ 0,95	2,85
EMOP	11557	CONECTOR PERFURANTE REDE SUBTERRANEA TENSÃO 0,6/1KV, IP-65, PRINCIPAL 6 A 185MM ² DERIVAÇÃO 1,5 A 10MM ²	UN	3,00	R\$ 6,94	20,82
CDHU	P.08.000.043223/CDHU	CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 3 X 1,5 MM ² , ISOLAMENTO 500V - ISOLAÇÃO PP 70° C, BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA, GASES TÓXICOS E CORROSIVOS; REF. SILFLEX PP 500V DA SIL, FLEXICOM DA COBRECOM OU EQUIVALENTE	M	5,50	R\$ 5,63	30,97

005	LED 150W				VALOR TOTAL	1.802,22
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ORSE	13396	LUMINARIA EM LED P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA LED SMD AUTOVOLT 200W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 160LM/W, 24.0000 LM E 32.000H, COM BASE PARA RELÉ 7 PINOS, DIMERIZÁVEL, MODELO GL421 G-LIGHT OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 1.731,81	1.731,81
ORSE	10636	RELÉ FOTOELÉTRICO INTERCAMBIÁVEL - INDIVIDUAL - TENSÃO SECUNDÁRIA 105-305V –NF	UN	1,00	R\$ 15,77	15,77



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ORSE	13192	CONECTOR ELÉTRICO 2P P/FIO 2,5MM ² , WAGO OU SIMILAR	UN	3,00	R\$ 0,95	2,85
EMOP	11557	CONECTOR PERFURANTE REDE SUBTERRANEA TENSÃO 0,6/1KV, IP-65, PRINCIPAL 6 A 185MM ² DERIVAÇÃO 1,5 A 10MM ²	UN	3,00	R\$ 6,94	20,82
CDHU	P.08.000.043223/CDHU	CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 3 X 1,5 MM ² , ISOLAMENTO 500V - ISOLAÇÃO PP 70° C, BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA, GASES TÓXICOS E CORROSIVOS; REF. SILFLEX PP 500V DA SIL, FLEXICOM DA COBRECOM OU EQUIVALENTE	M	5,50	R\$ 5,63	30,97

006	Braço médio (2 metros)				VALOR TOTAL	273,42
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ORSE	13800	BRAÇO CURVO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, COM SAPATA DE 48X2000MM DI OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 273,42	273,42

007	Braço longo (3 metros)				VALOR TOTAL	398,18
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ORSE	13801	BRAÇO CURVO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, COM SAPATA DE 48X3000MM DI OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 398,18	398,18
------	-------	--	----	------	---------------	--------

008	Braço ornamental (3 metros)				VALOR TOTAL	1.002,97
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
COTACAO	-	BRAÇO CURVO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, COM SAPATA DE 48X3000MM DI OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 1.002,97	1.002,97

009	Cinta (230 mm)				VALOR TOTAL	45,71
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
SINAPI	442	PARAFUSO FRANCES M16 EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 45 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABECA ABAULADA	UN	1,00	R\$ 6,47	6,47
EMOP	04377	CINTA CIRCULAR DE ACO GALVANIZADO COM PARAFUSOS, DE APROXIMADAMENTE 210MM	UN	1,00	R\$ 39,24	39,24
010	Substituição da luminária				VALOR TOTAL	73,50



PREFEITURA DE MONTE ALTO



REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CDHU	B.01.000.010115	ELETRICISTA	H	0,31	R\$ 14,51	4,46
CLT/LEGISLAÇÃO	Art. 193	Adicional de Periculosidade Lei 7369/1985 e Lei 12740/2012 (30%), Art. 193 CLT.	H	0,31	R\$ 4,35	1,34
CDHU	B.01.000.010116	AJUDANTE ELETRICISTA	H	0,31	R\$ 9,95	3,06
CLT/LEGISLAÇÃO	Art. 193	Adicional de Periculosidade Lei 7369/1985 e Lei 12740/2012 (30%), Art. 193 CLT.	H	0,31	R\$ 2,99	0,92
SINAPI	4096	MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHAO COM MUNCK (HORISTA)	H	0,31	R\$ 32,87	10,11
SINAPI	4083	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (HORISTA)	H	0,31	R\$ 46,01	14,16
SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	%	0,31	R\$ 0,83	0,26
SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	%	0,31	R\$ 1,38	0,42
SINAPI	5930	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,25	R\$ 84,25	20,74
SINAPI	5928	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE	CHP	0,06	R\$ 292,87	18,02



PREFEITURA DE MONTE ALTO



		CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014				
011	Substituição de braço médio				VALOR TOTAL	136,49
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CDHU	B.01.000.010115	ELETRICISTA	H	0,57	R\$ 14,51	8,29
CLT/LEGISLAÇÃO	Art. 193	Adicional de Periculosidade Lei 7369/1985 e Lei 12740/2012 (30%), Art. 193 CLT.	H	0,57	R\$ 4,35	2,49
CDHU	B.01.000.010116	AJUDANTE ELETRICISTA	H	0,57	R\$ 9,95	5,69
CLT/LEGISLAÇÃO	Art. 193	Adicional de Periculosidade Lei 7369/1985 e Lei 12740/2012 (30%), Art. 193 CLT.	H	0,57	R\$ 2,99	1,71
SINAPI	4096	MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHAO COM MUNCK (HORISTA)	H	0,57	R\$ 32,87	18,78
SINAPI	4083	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (HORISTA)	H	0,57	R\$ 46,01	26,29
SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	%	0,57	R\$ 0,83	0,47
SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	%	0,57	R\$ 1,38	0,79
SINAPI	5930	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE	CHI	0,46	R\$ 84,25	38,51



PREFEITURA DE MONTE ALTO



		CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014				
SINAPI	5928	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,11	R\$ 292,87	33,47
012	Substituição de braço longo				VALOR TOTAL	159,24
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CDHU	B.01.000.010115	ELETRICISTA	H	0,67	R\$ 14,51	9,67
CLT/LEGISLAÇÃO	Art. 193	Adicional de Periculosidade Lei 7369/1985 e Lei 12740/2012 (30%), Art. 193 CLT.	H	0,67	R\$ 4,35	2,90
CDHU	B.01.000.010116	AJUDANTE ELETRICISTA	H	0,67	R\$ 9,95	6,63
CLT/LEGISLAÇÃO	Art. 193	Adicional de Periculosidade Lei 7369/1985 e Lei 12740/2012 (30%), Art. 193 CLT.	H	0,67	R\$ 2,99	1,99
SINAPI	4096	MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHÃO COM MUNCK (HORISTA)	H	0,67	R\$ 32,87	21,91
SINAPI	4083	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (HORISTA)	H	0,67	R\$ 46,01	30,67
SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	%	0,67	R\$ 0,83	0,55



PREFEITURA DE MONTE ALTO



SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	%	0,67	R\$ 1,38	0,92
SINAPI	5930	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,53	R\$ 84,25	44,93
SINAPI	5928	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,13	R\$ 292,87	39,05
013	Substituição de cinta				VALOR TOTAL	173,72
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CDHU	B.01.000.010115	ELETRICISTA	H	0,73	R\$ 14,51	10,55
CLT/LEGISLAÇÃO	Art. 193	Adicional de Periculosidade Lei 7369/1985 e Lei 12740/2012 (30%), Art. 193 CLT.	H	0,73	R\$ 4,35	3,17
CDHU	B.01.000.010116	AJUDANTE ELETRICISTA	H	0,73	R\$ 9,95	7,24
CLT/LEGISLAÇÃO	Art. 193	Adicional de Periculosidade Lei 7369/1985 e Lei 12740/2012 (30%), Art. 193 CLT.	H	0,73	R\$ 2,99	2,17



PREFEITURA DE MONTE ALTO



SINAPI	4096	MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHAO COM MUNCK (HORISTA)	H	0,73	R\$ 32,87	23,91
SINAPI	4083	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (HORISTA)	H	0,73	R\$ 46,01	33,46
SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	%	0,73	R\$ 0,83	0,60
SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	%	0,73	R\$ 1,38	1,00
SINAPI	5930	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,58	R\$ 84,25	49,02
SINAPI	5928	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,15	R\$ 292,87	42,60
014	Cadastro de ponto georreferenciado com etiqueta				VALOR TOTAL	398.240,05



PREFEITURA DE MONTE ALTO



					VALOR POR PONTO	57,64
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CDHU	B.01.000.020119	ENGENHEIRO SENIOR - PROJETO	Horas	528,00	R\$ 98,13	51.812,64
CDHU	B.01.000.020122	PROJETISTA CADISTA - PROJETO	Horas	528,00	R\$ 24,97	13.184,16
SINAPI	2438	ELETROTECNICO (HORISTA)	Horas	528,00	R\$ 41,10	21.700,80
EMOP	19.004.0211-0	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS,COM AR CONDICIONADO,DIRECAO HIDRAULICA E VIDRO DIANTEIROS ELETRICOS,EXCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTIVEL	meses	3	2.758,13	8.274,39
EMOP	02929	ALCOOL HIDRATADO COMBUSTIVEL COMUM NA BOMBA	Litros	718,20	R\$ 4,81	3.454,54
Cotação	-	Tablet Samsung Galaxy Tab A11+ Wi-Fi, 128GB, 6GB RAM, Tela de 11"	Unidade	1,00	R\$ 1.690,17	1.690,17
ORSE	74	ABRAÇADEIRA DE NYLON P/AMARRAÇÃO DE CABOS 285MM X 3,5MM	Unidade	13.818,00	R\$ 0,30	4.145,40
ORSE	13473	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO BRANCO, 15 X 25 CM, ESP 3MM, GRAVAÇÕES À LASER PRETO. FIXADO EM TUBO DE ALUMÍNIO QUADRADO	Unidade	6.909,00	R\$ 42,55	293.977,95



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Item	Descrição	Unidade	Quantitativo	Valor unitário da locação com BDI (R\$)	Valor total da locação (R\$)
1. SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ATIVOS DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
1.1	Serviço de instalação de luminária LED 60W	unidade	2.017	R\$ 1.399,09	R\$ 2.821.955,19
1.2	Serviço de instalação de luminária LED 80W	unidade	1.544	R\$ 1.427,27	R\$ 2.203.697,89
1.3	Serviço de instalação de luminária LED 100W	unidade	1.236	R\$ 1.816,82	R\$ 2.245.591,19
1.4	Serviço de instalação de luminária LED 120W	unidade	1.500	R\$ 3.069,75	R\$ 4.604.631,19
1.5	Serviço de instalação de luminária LED 150W	unidade	612	R\$ 3.301,72	R\$ 2.020.655,12
1.6	Serviço de instalação de braço médio (2 metros)	unidade	1.727	R\$ 512,71	R\$ 885.451,96
1.7	Serviço de instalação de braço longo (3 metros)	unidade	215	R\$ 697,21	R\$ 149.900,63
1.8	Serviço de instalação de braço decorativo (3 metros)	unidade	130	R\$ 1.453,67	R\$ 188.977,41
1.9	Serviço de instalação de cintas (230 mm)	unidade	1.382	R\$ 274,46	R\$ 379.298,53
				VALOR TOTAL COM BDI	R\$ 15.500.159,10

Material	Quantidade	Unidade
LED 60W	2.017	peças
LED 80W	1.544	peças
LED 100W	1.236	peças
LED 120W	1.500	peças
LED 150W	612	peças
Braço médio (2 metros)	1.727	peças
Braço longo (3 metros)	215	peças
Braço decorativo (3 metros)	130	peças
Cinta (230 mm)	1.382	peças
Relé fotoeletrônico	6.909	peças
Condutor	38.000	metros
Conector perfurante	20.727	peças
Conector de torção	20.727	peças



ANEXO V

CRONOGRAMA

FÍSICO

FINANCEIRO

Em documento apartado



ANEXO VI

COMPOSIÇÕES

ORÇAMENTÁRIAS

Em documento apartado



PREFEITURA DE
MONTE ALTO



ANEXO VII

IMPACTO FINANCEIRO E FLUXO DE CAIXA

Em documento apartado



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO VIII – COMPOSIÇÕES GARANTIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026
PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026
SEI Nº 1657/2.026

ESTRUTURA DURANTE A MODERNIZAÇÃO E ETAPA DE GARANTIA DA ILUMINAÇÃO						
					TEMPO GARANTIA (meses)	57,00
REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO MENSAL
CANTEIRO, MANUTENÇÃO DE CANTEIRO						
SUDECAP	89.50.13	LOCAÇÃO CONTAINER 6,00X2,30X2,82 M COM ISOLAMENTO TÉRMICO PARA VESTIÁRIO E SANITÁRIO - TRIPLO	unidade	56	R\$ 3.500,00	R\$ 196.000,00
ORSE	10540	ALUGUEL DE COMPUTADOR NOTEBOOK	unidade	170	R\$ 18,72	R\$ 3.182,40
Cotação		SISTEMA DE GESTÃO DE ILUMINACAO PUBLICA	meses	57	R\$ 1.695,65	R\$ 96.651,77
DIVISÃO TÉCNICA/OPERACIONAL						
SUDECAP	55.20.12	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (CARGA HORÁRIA 7H/DIA)	mês	57	R\$ 19.403,28	R\$ 1.105.986,96
SINAPI	101399	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	mês	56	R\$ 7.664,21	R\$ 429.195,76
SINAPI	101375	AJUDANTE DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	mês	56	R\$ 5.739,05	R\$ 321.386,80
SINAPI		30% DE PERICULOSIDADE (ELETRICISTA + AJUDANTE)	mês	56	R\$ 9.284,56	R\$ 519.935,36
SUDECAP	55.10.07	AUXILIAR DE ALMOXARIFE	mês	56	R\$ 24,71	R\$ 1.383,76
SINAPI	93558	MOTORISTA DE CAMINHAO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	mês	56	R\$ 6.470,88	R\$ 362.369,28
DIVISÃO ADMINISTRATIVA						
SUDECAP	55.10.92	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	horas	10.032	R\$ 21,16	R\$ 212.277,12
MATERIAL						
CDHU	P.12.000.049753	SUPRESSOR DE SURTO MONOFÁSICO, IN 4 A 11 KA, IMAX. DE SURTO DE 12 ATÉ 15 KA, REF. 722.B.010.127 / 220 FABRICAÇÃO CLAMPER, DPS15275 FABRICAÇÃO STECK OU EQUIVALENTE	unidade	10.659	R\$ 46,36	R\$ 494.151,24



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ORSE	10636	RELÉ FOTOELÉTRICO INTERCAMBIÁVEL - INDIVIDUAL - TENSÃO SECUNDÁRIA 105-305V – NF	unidade	9.063	R\$ 15,77	R\$ 142.923,51
ORSE	13192	CONECTOR ELÉTRICO 2P P/FIO 2,5MM², WAGO OU SIMILAR	unidade	15.390	R\$ 0,95	R\$ 14.620,50
EMOP	11557	CONECTOR PERFURANTE REDE SUBTERRANEA TENSÃO 0,6/1KV, IP-65, PRINCIPAL 6 A 185MM2DERIVACAO 1,5 A 10MM2	unidade	15.390	R\$ 6,94	R\$ 106.806,60
CDHU	P.08.000.043223/CDHU	CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 3 X 1,5 MM², ISOLAMENTO 500V - ISOLAÇÃO PP 70° C, BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA, GASES TÓXICOS E CORROSIVOS; REF. SILFLEX PP 500V DA SIL, FLEXICOM DA COBRECUM OU EQUIVALENTE	metro	32.604	R\$ 5,63	R\$ 183.560,52

VEICULOS

EMOP	19.004.0211-0	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS,COM AR CONDICIONADO,DIRECAO HIDRAULICA E VIDRO DIANTEIROS ELETRICOS,EXCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTIVEL	unidade	57	2.758,13	R\$ 157.213,41
EMOP	02929	ALCOOL HIDRATADO COMBUSTIVEL COMUM NA BOMBA	litro	12.540	R\$ 4,81	R\$ 60.317,40
SINAPI	89262	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - MANUTENÇÃO. AF_06/2014	horas	9.856	R\$ 47,93	R\$ 472.398,08
TOTAL						R\$ 4.880.360,47

Taxa de falha estimada	Mês	Quantidade	Unidade
DPS da luminária	2,70%	1	unidade
Relé	2,30%	1	unidade
Conexão	2,60%	3	unidade



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Condutor	1,50%	5,5	metros
Total	9,10%		

Distância diária (km)	Autonomia (km/litro)	Litros/dia
70	7	10

Software	Licença/ponto	Pontos	Meses
Exati	R\$ 0,29	6909	60
Unidesk	R\$ 0,18	6909	60



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO IX – COMPOSIÇÃO BDI

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026
PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026
SEI Nº 1657/2.026

DISCRIMINAÇÃO		ÍNDICE
X	Administração Central	3,500%
	Seguro e Garantia	1,000%
	Risco	1,500%
	Total	6,000%
Y	Despesas Financeiras	1,690%
	Total	1,690%
Z	Lucro	6,000%
	Total	6,000%
I	Tributos (totais)	
	COFINS	3,000%
	PIS	0,650%
	ISS (MONTE ALTO - SP)	5,000%
	Total	8,650%
% DE BDI A SER UTILIZADO =		25,08%

LEGENDA	FÓRMULA PARA CÁLCULO DO BDI
X = Despesas indiretas (exceto tributos e despesas financeiras)	$BDI = \left\{ \frac{[(1 + X)(1 + Y)(1 + Z)]}{(1 - I)} - 1 \right\} \times 100$
Y = Despesas financeiras	
Z = Lucro	
I = Taxa representativa da incidência de impostos	

$$BDI = \frac{(1 + 0,06000) \times (1 + 0,01690) \times (1 + 0,06000)}{(1 - 0,08650)} - 1$$

$$BDI = \frac{(1,06000) \times (1,01690) \times (1,06000)}{(0,91350)} - 1$$



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÕES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 99010/2.026
PROCESSO SA/DL Nº 115/2.026
SEI Nº 1657/2.026

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), participante da Concorrência Eletrônica nº __/2.026, da Prefeitura Municipal de Monte Alto, DECLARO, sob as penas da lei:

a) Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas através do Sítio Eletrônico da Prefeitura e Diário Oficial do Município de Monte Alto e que os recursos administrativos decorrentes da execução contratual deverão ser encaminhados exclusivamente pelo correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br;

c) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;

d) Que atende os requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital;

e) Que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

f) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens Compras.Gov mais semelhantes ao descrito nos Anexos I, II e III. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;

g) De que conhece a obrigação de assinar o Contrato Administrativo no prazo definido no Edital, no caso de ser adjudicatária do objeto da licitação, e que tem pleno conhecimento das sanções previstas no inciso VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, em caso de descumprimento da formalização do documento.

h) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, de de 2.026.

Nome e assinatura do representante legal
RG nº.....



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO XI – ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

_____, **Diretor(a)/Secretário(a)** da Prefeitura Municipal de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições de seu cargo e para os fins do disposto no subitem _____, da cláusula _____, do Edital nº ____/2.026, da ____ nº ____/2.026,

ATESTA, para o atendimento de requisito de habilitação na Concorrência Eletrônica nº ____/2.026, instaurado pelo Processo de Licitação SA/DL nº ____/2.026, que, na presente data, o senhor _____, representante legal/responsável técnico da empresa _____, com endereço na Rua/Av. _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, visitou os locais onde serão executados os serviços, oportunidade em que a Administração municipal de Monte Alto transmitiu-lhe todas as informações e demais condições exigidas para o perfeito desempenho das obrigações relacionadas com o objeto da presente licitação pública.

Monte Alto, _____ de _____ de 2.026.



**ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À
VISTORIA**

_____, inscrita no CNPJ nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____,
portador (a) da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA que renuncia à Vistoria Técnica aos locais de prestação de serviço
constantes do objeto do Edital nº ____/2.026, e que o quadro técnico da empresa tomou
conhecimento das reais condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços,
bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à
perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as
garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome
da empresa que represento e certos de que não nos caberá, a posteriori, nenhuma
reclamação de desconhecimento do objeto licitado.

_____, ____ de _____ de 2.026.

Representante legal

NOME COMPLETO

CPF:

CNPJ DA EMPRESA

*OBS: a presente declaração deverá vir obrigatoriamente junto aos documentos de
habilitação



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO XIII – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2.026

TERMO DE CONTRATO PARA

O Município de Monte Alto, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo sus Prefeita Municipal, **MARIA HELENA AGUIAR RETTONDINI**, portadora do CPF nº _____ e RG _____, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**, e a empresa “_____”, inscrita no CNPJ nº _____, situada à Rua/Av. _____, nº ____, na cidade de _____, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo(a) senhor(a) _____, portador do CPF _____ e RG _____, daqui por diante, denominada simplesmente, **CONTRATADA**, tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A CONTRATADA em decorrência da adjudicação que lhe foi feita no processo nº SA/DL nº ____/2.026, compromete-se a contratação de _____.

1.2 - Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas, observados todos os elementos e informações constantes dos Anexos do Edital precedente, como o Projeto Básico, bem como as demais especificações complementares e as normas de execução pertinentes às licitações e os contratos administrativos.

1.3 - Consideram-se partes integrantes do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: Edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2.026 e seus Anexos; Proposta de ____ de ____ de 2.026, apresentada pela **CONTRATADA**; e Ata da sessão da Concorrência Eletrônica nº ____/2.026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

2.2 - Os serviços deverão ser prestados nos termos dos parâmetros definidos no Edital nº ____/2.026 e seus anexos.

2.1 – A Secretaria Municipal de _____ do **CONTRATANTE** será o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço contratado.

2.2 – A Secretaria de _____ do **CONTRATANTE** será a responsável pelo recebimento do serviço contratado, devendo providenciar, ao término efetivo da prestação de serviço, o competente termo de recebimento, assinado juntamente com a parte contratada, com o poder de receber ou rejeitar a prestação defeituosa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E REAJUSTAMENTO

3.1 - Pelos serviços prestados, a **CONTRATADA** receberá, mensalmente, em 60 (sessenta) parcelas, a importância de R\$ _____ (_____).



PREFEITURA DE MONTE ALTO



3.2 - Pela integral execução do presente ajuste, a **CONTRATADA** receberá o valor consignado no **item 3.1**, totalizando ao final das obrigações a importância estimada total de R\$ _____ (_____).

3.3 - Estão incluídos nos preços avençados, as despesas decorrentes de tributos, encargos sociais, combustíveis e todos os componentes de custo necessários à perfeita satisfação do objeto deste contrato.

3.4 - Salvo os casos da aplicação do equilíbrio econômico-financeiro, previsto na alínea d, do inciso II, do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/21, o preço inicialmente ajustado será fixo e irrevogável pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, com data base de ____/2.026.

3.5 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.5.1 - No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.5.2 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice da inflação oficial do Brasil.

3.5.3 - O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - Fica estabelecido que o pagamento do valor contratual será processado em 60 (sessenta) parcelas e liberada no 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente, devidamente atestada pela Secretaria de _____ do **CONTRATANTE**.

4.2 – O pagamento mensal será processado mediante ordem ou depósito bancário, em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**.

4.3 - O pagamento decorrente deste ajuste estará condicionado, sempre à aprovação do Secretário de Finanças do **CONTRATANTE** e ao atendimento rigoroso do disposto na retro Cláusula Segunda.

4.4 - Para os fins desta cláusula, a **CONTRATADA** deverá encaminhar ao Departamento de Contabilidade do **CONTRATANTE** nota fiscal ou fatura correspondente, acompanhada do termo de que trata o subitem **2.2**, da cláusula segunda.

4.5 - A **CONTRATADA**, para se habilitar convenientemente a qualquer pagamento, deverá estar em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, obrigando-se, ainda, a apresentar ao **CONTRATANTE** os respectivos comprovantes de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1 – No prazo improrrogável de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da expedição da Ordem para início da Execução de Serviço, emitida pela Secretaria Municipal



PREFEITURA DE MONTE ALTO



de _____, a prestação de serviço, objeto contratado, será, obrigatoriamente, iniciada, devendo a **CONTRATADA**, na oportunidade, assinar Termo de Início do Serviço.

5.2 - A duração do presente termo será de 60 (sessenta) meses, contados da data de assinatura deste instrumento contratual.

5.3 - O prazo de execução do presente contrato poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsão legal contida no artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/21, mediante acordo entre as partes por meio de termo aditivo, precedido da comprovação da presença dos requisitos legais para a hipótese prevista.

5.4 - Durante a vigência do presente termo, a **CONTRATADA** obriga-se a manter compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5 - A **CONTRATADA** oferecerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura deste contrato, o número da Anotação de Responsabilidade Técnica – **ART** ou Registro de Responsabilidade Técnica - **RRT** e cópia do recibo correspondente para figurar no processo licitatório.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1 – A **CONTRATADA** deverá prestar a garantia para assegurar o cumprimento da sua obrigação, em valor correspondente a 5% (cinco por cento), do total estimativo anual do contrato.

6.1.1 - A garantia que deverá ser atualizada nas mesmas bases do contrato e com validade coincidente com a deste, poderá ser oferecida por qualquer das modalidades previstas no parágrafo 1º, do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

6.1.2 - Em se tratando de caução em dinheiro, o valor da restituição, depois de concluído o contrato, compreenderá o depósito original, corrigido monetariamente pela taxa acumulada de rendimentos pagos para aplicações em cadernetas de poupança, e apurada no período correspondente ao do recolhimento da garantia caucionada.

6.1.3 – Para o caso de a **CONTRATADA** optar pela modalidade prevista no inciso II, do § 1º, do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21, fica concedido o prazo de 1 (um) mês, contado da data de assinatura deste termo, para a prestação da garantia.

6.1.4 - Ocorrendo prorrogação do presente ajuste, uma nova garantia deverá ser prestada, em percentual idêntico ao da primeira, desde que aquela tenha sido apresentada em modalidade que requeira renovação, calculado sobre o valor contratual do período aditado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRÉDITO

7.1 - As despesas com a execução deste contrato serão suportadas com os recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do ano vindouro, com a seguinte classificação contábil:

Ficha Analítica nº ____



PREFEITURA DE MONTE ALTO



CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO

8.1 - A extinção do contrato poderá ocorrer:

8.1.1 - Unilateralmente, por ato escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a IX, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.1.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

8.1.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.2 - Incorrendo culpa da **CONTRATADA**, em caso de extinção, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, o **CONTRATADO** sujeitar-se-á as penalidades previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.2 - Pela inexecução parcial e/ou total do contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/21 e aplicação das sanções de que trata o Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2.026.

9.3- As multas previstas nesta cláusula, não tem caráter compensatório, porém moratório, e conseqüentemente, o pagamento delas não exime a **CONTRATADA** dos eventuais prejuízos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o que preceitua o artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1 - O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital da Concorrência Eletrônica nº __/2.026, seus anexos e à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1 - As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para execução e acompanhamento deste contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Monte Alto, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente **CONTRATO** em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

MONTE ALTO, ___ de _____ de 2.026.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS



ANEXO XIV - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



ANEXO XV

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

_____, com sede na _____, nº _____, cidade de _____ CNPJ nº _____, vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro 2.006, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório da Concorrência Eletrônica nº ____/2.02, da Prefeitura de Monte Alto,

DECLARA ser.

☐

Microempresa nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

☐

Empresa de pequeno porte nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Declara que não celebrou no presente ano-calendário contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

_____, _____ de _____ de 2.02__.
(localidade)

(assinatura)

Nome: _____

RG: _____



PREFEITURA DE **MONTE ALTO**



ANEXO XVI - Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2.023.

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que “dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Monte Alto”.

MARIA HELENA AGUIAR RETTONDINI, Prefeita Municipal de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere os incisos XI, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este decreto regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Município de Monte Alto-SP.

Art. 2º. O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração pública direta ou indireta do Poder Executivo do Município de Monte Alto-SP.

Parágrafo único. O Poder Legislativo poderá aderir às normas regulamentares da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contidas neste decreto municipal.

Art.3º. Na aplicação deste Decreto serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

CAPÍTULO II DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 4º. Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º. O Pregoeiro conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§ 2º. Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§ 3º. O Agente de Contratação, assim como os membros do Pregoeiro, poderão ser servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes do Município.

§ 4º. O Agente de Contratação e o Pregoeiro contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§ 5º. O Agente de Contratação e o Pregoeiro contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura.

§ 6º. Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.



Art. 5º. Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III – previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

CAPÍTULO III DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º. O Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano de Contratações Anual do Município, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

CAPÍTULO IV DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 7º. Em âmbito municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 8º deste decreto.

Art. 8º. Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;



IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

CAPÍTULO V DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 9º. O Município elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

Parágrafo único. Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

Art. 10. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir às finalidades as quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º. Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º. Considera-se bem de consumo de luxo o que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal.

CAPÍTULO VI DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 11. No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Art. 12. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º. Resultando dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



§ 2º. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§3º. A desconsideração dos valores inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

§ 4º. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

Art. 13. Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e Gestão.

Art. 14. Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020.

CAPÍTULO VII DO LEILÃO

Art. 15. Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I – realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.

II – designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no § 5º do art. 4º deste regulamento, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame.

III – elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visita, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

IV – realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º. O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.

§ 2º. A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



CAPÍTULO VIII DO CICLO DE VIDA DO OBJETO LICITADO

Art. 16. Desde que objetivamente mensuráveis, os fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Pública Municipal.

§ 1º. A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º. Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculos usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

CAPÍTULO IX DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 17. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

CAPÍTULO X DA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO

Art. 18. O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado no Município deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo-benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada às reais necessidades do Município com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

CAPÍTULO XI DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS

Art. 19. Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou o Pregoeiro

deverá oferecer contraproposta.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



CAPÍTULO XII DA HABILITAÇÃO

Art. 20. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 21. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou o Pregoeiro realize diligência para confirmar tais informações.

Art. 22. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

CAPÍTULO XIII DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 23. Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 24. As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º. Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º. O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza



PREFEITURA DE MONTE ALTO



do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

Art. 25. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º. O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado mediante justificativa.

§ 2º. Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

§ 3º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 26. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Art. 27. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 28. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 29. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:



I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO XIV DO CREDENCIAMENTO

Art. 30. O credenciamento poderá ser utilizado quando a administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º. O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º. A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º. A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º. Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º. O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º. O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

CAPÍTULO XV DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 31. Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pelo Município serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do disposto no caput deste artigo, exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



CAPÍTULO XVI DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 32. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

CAPÍTULO XVII DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 33. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º. É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º. No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XVIII DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 34. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

Parágrafo único. O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

CAPÍTULO XIX DAS SANÇÕES

Art. 35. Observados o contraditório e a ampla defesa, a inexecução total ou parcial do contrato celebrado ou compromisso assumido, autoriza a aplicação de multa:

I - de 20 a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total ou parte da obrigação não cumprida;

II - no valor igual à diferença de preço resultante da nova contratação realizada para complementação do interrompido;

Parágrafo único. As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

CAPÍTULO XX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Em âmbito municipal, a convocação dos interessados em participar do certame licitatório será efetuada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na página eletrônica mantida no site oficial do Município de Monte Alto-SP, assim como em aviso resumido no Diário Oficial do Município e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Até a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas, a publicidade dos procedimentos fundados nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 14.133, de 1º de abril de 2021 far-se-á no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência e nos demais meios de divulgação aplicáveis no caso concreto.

Art. 37. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Alto, 27 de julho de 2023.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia visando a execução de serviços de reordenação luminotécnica do sistema de iluminação pública do município, através da locação de luminárias led que deverão ser instaladas e inventariadas em sistema de georreferenciamento, com garantia de funcionamento de todo o sistema pelo período da locação, com garantia de funcionamento assegurada através de serviços de manutenção corretiva e preventiva de todo o sistema LED durante toda vigência do contrato, incluindo o gerenciamento informatizado de todo o parque de iluminação pública do município de Monte Alto/SP.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Iluminação Pública é o serviço que tem por objetivo prover de luz, ou claridade artificial, nas ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, e outros logradouros de domínio público, de uso comum e livre acesso, definidas por meio de legislação específica, excluído o fornecimento de energia elétrica.

É um serviço público essencial para a qualidade de vida da comunidade. É de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico do Município e constitui um dos vetores para a segurança nos centros urbanos, tanto na questão do tráfego de veículos e pedestres quanto na prevenção contra a criminalidade. Além de iluminar ruas, avenidas, praças, monumentos históricos e demais logradouros públicos, é importante para a melhoria da imagem das cidades, favorecendo o comércio, o turismo e o lazer, além de reduzir os custos de manutenção do Parque de IP com produtos de maior vida útil, e requerendo menos intervenções nas vias públicas. Reduzir o consumo energético da Iluminação Pública do município a longo prazo, assumindo uma posição de gestão responsável. Preservar o meio ambiente, ao eliminar do parque de IP lâmpadas defasadas tecnologicamente e potencialmente tóxicas. Aumentar fortemente o nível geral de luminância no MUNICÍPIO. Reduzir os custos de manutenção do Parque de IP com produtos de maior vida útil, e requerendo menos intervenções nas vias públicas

Nos termos do artigo 30 da Constituição Federal o Poder Público Municipal é o responsável pela gestão da Iluminação Pública e desta forma se obriga a direcionar esforços ao conforto visual, valorização dos espaços públicos e, fundamentalmente, a questão da Segurança Pública face à relação direta entre a qualidade da Iluminação Pública e a segurança do município em seus deslocamentos e à baixa dos índices de criminalidade.

Desta forma uma das ações básicas e fundamentais para a realização de uma gestão eficiente e eficaz no parque de Iluminação Pública é a contratação de serviços de engenharia para a melhoria, modernização e manutenção da iluminação das vias públicas do município.

Objetivando a modernização e a inserção de parâmetros de eficiência energética, sustentabilidade ambiental e gestão inteligente de sua Rede de Iluminação Pública e, buscando ainda aprimorar sua operação, a prefeitura visa também com esta contratação a efficientização energética do município, de forma a reduzir o consumo de energia e aumentar os índices de



iluminamento das vias públicas, através da adoção das mais novas tecnologias LED disponíveis e que atinjam os maiores índices de eficiência na relação lumens/watt.

Dai a justificativa para a contratação de empresa especializada no ramo.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024/2025.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Como requisito de exigência para esta contratação será estabelecido ao fornecedor contratado a apresentação de todas as prerrogativas contidas neste Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência – TR, no edital e seus anexos.

3.1 Das condições para participação no certame

Todas as empresas licitantes, **cadastradas ou não**, deverão apresentar Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação, bem como Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que cumpre fielmente o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Como condição prévia, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação dos licitantes, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;
- Relação de empresas apenadas pela Administração Municipal de Monte Alto.

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Além disto, caberá à licitante comprovar:

- a. Habilitação Jurídica:** a contratada deverá comprovar que está regularmente constituída como pessoa jurídica.



b. Regularidade Fiscal: a contratada deverá comprovar que está em dia com suas obrigações fiscais, mediante a apresentação de certidões negativas de débitos tributários federais, estaduais e municipais, ou certidão positivas com efeito de negativa, quando permitido pela legislação.

c. Regularidade Trabalhista: a contratada deverá comprovar que está em dia com suas obrigações trabalhistas, mediante certidões de débitos trabalhistas ou certidão positiva com efeito de negativa, quando permitido pela legislação.

d. Regularidade Econômica Financeira: a contratada deverá comprovar que está em dia com suas obrigações econômicas financeiras mediante a apresentação de certidão negativa de falência, bem como da apresentação de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando-se índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

O balanço patrimonial deve obrigatoriamente atender aos arts. 1.179 a 1.181 e § 2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76; NBC T 2.1.4 (Res. CFC 563/83); NBC T 3.1.1 (Res. CFC 686/90); Instrução Normativa DNRC nº 107/08; Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007.

O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil e registrado no conselho da classe, apresentada pelo fornecedor.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Deverá ser apresentado documento arquivado na Junta Comercial ou no Cartório competente demonstrativo de que o licitante possui Patrimônio Líquido mínimo, correspondente a 10% do valor estimado da contratação, nos termos do disposto no §4º do art. 69, da Lei n.º 14.133/2021.

e. Capacidade Técnica:

- Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

- Capacitação **Técnico-Operacional** para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto, comprovada através de um, ou mais, atestados (emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado) devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, que comprove que a licitante executou para empresas públicas ou privadas, no mínimo, 50% de serviços similares ao do objeto da presente licitação a contento, nos termos do § 2º, do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujas parcelas de maior relevância são:



- ✓•Gestão informatizada de parque de iluminação pública com fornecimento de mão de obra e materiais e, uso de sistema informatizado (software) para controle/monitoramento remoto dos serviços no Parque de Iluminação Pública;
- ✓•Serviço de Manutenção e Operação do Sistema de Iluminação Pública, com fornecimento de mão de obra, materiais, e equipamentos;
- ✓•Serviços de Substituição e/ou Remoção de luminárias ou de projetor fixo em poste ou em braço para iluminação em logradouros (ruas, parques, praças, estacionamentos) , com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.
- ✓•Serviços de Substituição e/ou Remoção de braço para iluminação em logradouros (ruas, parques, praças, estacionamentos), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos

- Capacitação **Técnico-Profissional**: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação, devidamente registrado em entidade de classe profissional, limitadas estas exclusivamente de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação descritos acima, dispensada, nos termos da jurisprudência aplicável, a demonstração de quantitativos mínimos.

A comprovação do vínculo entre a empresa e o profissional detentor do atestado exigido acima deverá ser feita mediante a apresentação de carteira profissional (CTPS) ou ficha de registro de empregados (FRE), no caso de vínculo empregatício, de ato constitutivo, contrato social ou estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário, contrato de prestação de serviço e outros documentos juridicamente aceitáveis, que comprovem o aludido vínculo.

A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A contratada deverá indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	Descrição	Unidade	Quantitativo
1. SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ATIVOS DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
1.1	Serviço de instalação de luminária LED 60W	unidade	2.017
1.2	Serviço de instalação de luminária LED 80W	unidade	1.544
1.3	Serviço de instalação de luminária LED 100W	unidade	1.236
1.4	Serviço de instalação de luminária LED 120W	unidade	1.500
1.5	Serviço de instalação de luminária LED 150W	unidade	612
1.6	Serviço de instalação de braço médio (2 metros)	unidade	1.727
1.7	Serviço de instalação de braço longo (3 metros)	unidade	215
1.8	Serviço de instalação de braço decorativo (3 metros)	unidade	130



1.9	Serviço de instalação de cintas (230 mm)	unidade	1.382
-----	--	---------	-------

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante das necessidades identificadas neste estudo, a resolução efetiva dessas demandas requer a contratação de empresa(s) cujo ramo de atividade esteja alinhado com o objeto em questão.

Para isso, foram examinadas contratações semelhantes realizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a diferentes editais, visando identificar possíveis novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem melhor atender às necessidades da municipalidade.

Não foram observadas variações significativas no que diz respeito à execução do objeto, especialmente no papel desempenhado pela empresa que se pretende contratar, restando, entretanto, a necessidade de se delimitar a forma de sua contratação.

De acordo com dados fornecidos pela CPFL, a arrecadação do município com a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) mensal é na média o valor de R\$ 253.925,67, a conta de energia com a manutenção da CPFL através da tarifa B4b é de R\$ 249.305,91 (com impostos), existindo, atualmente, um saldo mensal de R\$ 4.619,76.

Partindo-se destas informações, encontramos 03 possíveis formas de contratação para este tipo de projeto, quais sejam:

- Compra com financiamento por 60 meses (5 anos)
- Locação de ativos com garantia de funcionamento e operação por 60 meses (5 anos)
- Parceria Público-Privada (PPP) por 12 anos.

Alternativas de modelos contratuais

Atualmente observa-se no mercado brasileiro de iluminação com base na legislação nacional que os municípios têm escolhido entre 3 formas de contratação para esse tipo de projeto:

a) **Compra:** dos equipamentos e serviços, utilizando financiamento do mercado financeiro para projetos de eficiência energética ou de desenvolvimento regional. Para efeitos comparativos e de custo de financiamento será adotado o prazo de 60 meses.

b) **Locação: de ativos** instalados com garantia de funcionamento e operação por 60 meses e com reversão de propriedade ao término do contrato para o município;

c) **Parceria Público Privada (PPP):** concessão administrativa do Parque de IP com efficientização, modernização, expansão, manutenção e operação. A duração pode variar até 35 anos, mas para efeito de comparação será considerado 12 anos (144 meses), o equivalente a um ciclo de vida das luminárias LED.

DA COMPRA COM FINANCIAMENTO

Considerando o valor dos materiais necessários para a modernização do parque, temos um valor de investimento a vista de:



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Tabela - Composição do preço de compra à vista dos equipamentos

Material	Quantidade	Preço unitário com BDI à vista
Luminária instalada de 60W	2.017	R\$ 363,86
Luminária instalada de 80W	1.544	R\$ 391,14
Luminária instalada de 90W	1.236	R\$ 837,34
Luminária instalada de 120W	1.500	R\$ 2.039,96
Luminária instalada de 150W	612	R\$ 2.292,76
Braço médio (2 metros) instalado	1.727	R\$ 323,89
Braço longo (3 metros) instalado	215	R\$ 479,37
Braço ornamental (3 metros) instalado	130	R\$ 1.254,50
Cintas (230 mm) instalada	1.382	R\$ 65,68
		R\$ 7.752.155,05

O investimento totalizaria aproximadamente R\$ 7,8 milhões, sendo certo que a manutenção do parque seria realizada por uma nova licitação através de uma empresa contratada durante 12 anos.

Como o Município não dispõe desse caixa para aporte à vista, seria necessário um financiamento por 60 meses com o município, dando garantias de pagamento conforme a legislação em vigor, sendo uma delas a própria CIP do município.

O custo total de uma linha de financiamento com este perfil, com as taxas contratuais, seguros seria da ordem de 15% ao ano, e a parcela mensal seria de R\$ 180.611,87, valor superior ao saldo mensal atual.

Tabela - Custo da compra à vista financiada por 72 meses

Custo Financiamento (incl. taxas e seguros) (ao ano):	15,00%
Valor Financiado:	R\$ 7.752.155,05
Valor Prestação Mensal:	R\$ 180.611,87
Equipe e equipamentos para substituir e instalar luminárias	R\$ 84.142,86
Manutenção e operação mensal após 12 meses	R\$ 83.897,54
Consumo energia elétrica - médio 12 primeiros meses:	R\$ 135.296,97
Consumo energia elétrica - médio após 12 meses:	R\$ 99.753,88
Custo Financiamento (incl. taxas e seguros) (ao ano):	15,00%
Valor Financiado:	R\$ 7.752.155,05
Valor Prestação Mensal:	R\$ 180.611,87
Equipe e equipamentos para substituir e instalar luminárias	R\$ 84.142,86
Manutenção e operação mensal após 12 meses	R\$ 83.897,54
Consumo energia elétrica - médio 12 primeiros meses:	R\$ 135.296,97
Consumo energia elétrica - médio após 12 meses:	R\$ 99.753,88

Nesta modalidade, o processo teria duração de aproximadamente 480 dias (aproximadamente 1 ano e 4 meses), sendo 240 dias: obtenção da linha de financiamento, aprovação pela Câmara



Municipal e o Tesouro Nacional, 120 dias: processo licitatório, bem como outros 120 dias: execução da modernização do parque de IP.

O município seria beneficiado pela economia do consumo de energia, não compartilhando o resultado com a empresa contratada (como acontece em uma PPP), porém ainda se reserva na responsabilidade de gerenciar todo o projeto e continuar com a manutenção do parque sendo realizada por uma empresa durante os próximos 12 anos.

LOCAÇÃO DE ATIVOS COM GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E OPERAÇÃO POR 60 MESES

Neste modelo de locação com garantia de funcionamento e operação dos equipamentos de IP por 60 meses estão incluídos os serviços de instalação, a garantia de funcionamento e operação de todos os equipamentos e materiais do sistema pela duração total do contrato (60 meses), e o custo financeiro interno do Contratado.

Baseado nas composições de preços, temos a seguinte tabela orçamentária para este projeto:

Tabela - Valores orçamentários do Modelo de Locação por 60 meses

Descrição	Unidade	Quantitativo	Locação mensal por 60 meses	Valor total da locação (R\$)
Serviço de instalação de luminária LED 60W	unidade	2.017	23,98	2.902.499,27
Serviço de instalação de luminária LED 80W	unidade	1.544	24,44	2.263.963,38
Serviço de instalação de luminária LED 100W	unidade	1.236	31,88	2.363.851,60
Serviço de instalação de luminária LED 120W	unidade	1.500	51,92	4.672.672,70
Serviço de instalação de luminária LED 150W	unidade	612	56,13	2.061.168,92
Serviço de instalação de braço médio (2 metros)	unidade	1.727	8,16	846.016,56
Serviço de instalação de braço longo (3 metros)	unidade	215	11,22	144.700,48
Serviço de instalação de braço decorativo (3 metros)	unidade	130	24,14	188.259,14
Serviço de instalação de cintas (230 mm)	unidade	1.382	4,62	382.723,00
			R\$ 263.764,25	

Neste modelo todo o parque estaria modernizado com luminárias LED 120 dias após assinatura do Contrato, que aconteceria após um processo de licitação pública de 120 dias (estimativa). Nesse caso temos uma duração de 240 dias. O município seria beneficiado pela economia do consumo de energia, não compartilhando o resultado com a empresa contratada, e os ativos seriam transferidos ao Município ao término dos 60 meses.

O valor mensal de locação com garantia de funcionamento e operação do parque locado, e incluindo a manutenção do parque LED atual, pelo período de 60 meses seria da ordem de R\$ 263.764,25, restando para a Prefeitura contratar apenas o serviço de manutenção e operação pelo resto da vida útil dos equipamentos, similar ao modelo de compra financiada, após a transferência dos ativos.

Durante os 60 meses da locação, a responsabilidade técnica, gerencial e financeira fica a cargo da empresa contratada, com garantias contratuais emitidas a favor da Prefeitura.



Em resumo, teríamos os seguintes custos, durante os 12 anos de vida útil dos equipamentos:

Tabela - Custos da Locação por 60 meses

Custos da Locação por 60 meses	R\$ 263.764,25
Locação Mensal com garantia de funcionamento	R\$ 263.764,25
Manutenção e operação mensal após 60 meses	R\$ 83.897,54
Consumo médio mensal:	R\$ 99.753,88

PPP POR 12 ANOS

Por último, vamos considerar a opção de uma Parceria Público-Privada para gestão e modernização da Iluminação Pública do Município de Monte Alto. Para a formalização de uma PPP seria necessária a realização e o custeio do estudo do projeto (PMI) e obrigatoriamente deve ser cumprido o rito de audiências públicas para apresentação e discussão dele. Estima-se que 12 meses seriam necessários apenas nesta fase.

Uma vez assinado o contrato (após concorrência pública de 4 meses), o prazo para implementação do sistema eficientizado seria da ordem de pelo menos 12 meses mediante uma exigência de prazo mais curta do que usualmente observado em PPPs no mercado brasileiro (normalmente na faixa de 24 a 60 meses), totalizando assim um prazo de 28 meses (840 dias) para a total implementação do projeto.

Neste modelo, as contraprestações para a concessionária iniciam-se desde o início do contrato, e terminam após os 12 anos do contrato, com transferência dos ativos para o parceiro público, próximas do fim da vida útil, a conta de energia é reduzida progressivamente durante o prazo de substituição de 12 meses. A redução de energia consumida excedida a mínima constitui um bônus que é parcialmente revertido à contratada, geralmente 70% a 80% da economia adicional.

Em função das condições da base de IP do Município, consideramos aqui 45% de meta de redução de consumo, e 75% de bônus sobre a redução adicional de consumo.

Para o tamanho, a duração, o escopo e as condições deste projeto, foi usada como referência a PPP de Timbó (SC):

Tabela - Referência de contrato de PPP

Município/UF	Parque de IP	Contrato (R\$)	Contrato (anos)	Valor por ano (R\$)	Contraprestação mensal por ponto por mês:
Campo Maior (PI)	5.000	47.530.000,00	24	1.980.416,67	33,01
Pederneiras (SP)	7.500	34.380.000,00	23	1.494.782,61	16,61
Timbó (SC)	7.046	29.110.000,00	20	1.455.500,00	17,21

Consideramos um valor médio mensal por ponto da ordem de R\$ 22,28, isto é, um valor mensal de contraprestação máxima de R\$ 153.909,26. Neste cenário, e durante o período de 12 anos, o custo do Município seria de:

Tabela - Valores do Modelo de PPP

Contraprestação mensal por ponto por mês:	R\$ 22,28
Contraprestação mensal total:	R\$ 153.909,26



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Consumo médio 12 primeiros meses:	R\$ 198.023,15
Consumo médio após 12 meses:	R\$ 100.858,03

Similarmente ao cenário de locação, mas durante os 12 anos de duração da PPP, a responsabilidade técnica, gerencial e financeira fica a cargo da empresa contratada, com garantias contratuais emitidas a favor da Prefeitura, podendo chegar ao seguinte quadro comparativo dos modelos:

Tabela - Comparativo dos modelos

	COMPRA À VISTA FINANCIADA	LOCAÇÃO 60 MESES	PPP 12 ANOS
Processo	Convênio de financiamento (aprovação pelo TN) - 8 meses + Concorrência 14.133 - 4 meses	Concorrência 14.133 - 4 meses	PMI - Consulta Pública - 12 meses + Concorrência 14.133 - 4 meses
Prazo Implementação:	4 meses fornecimento + instalação	Max. 4 meses após assinatura	12 meses após assinatura
Prazo Total:	T0 + 16 meses	T0 + 8 meses	T0 + 28 meses
Duração Total do Contrato	72 meses	60 meses	144 meses
Valor Total por 12 anos incluindo consumo:	R\$ 39.879.321	R\$ 37.237.807	R\$ 37.852.471
Valor Presente (WACC:8,71 %)	R\$ 26.216.336	R\$ 24.473.101	R\$ 23.287.877

Projetamos os fluxos de custos totais para o Município ao longo do período de 12 anos, incluindo custos das prestações financeiras, de locação, contraprestações e bônus, custos de manutenção e operação e custos de energia, obtendo as seguintes representações:

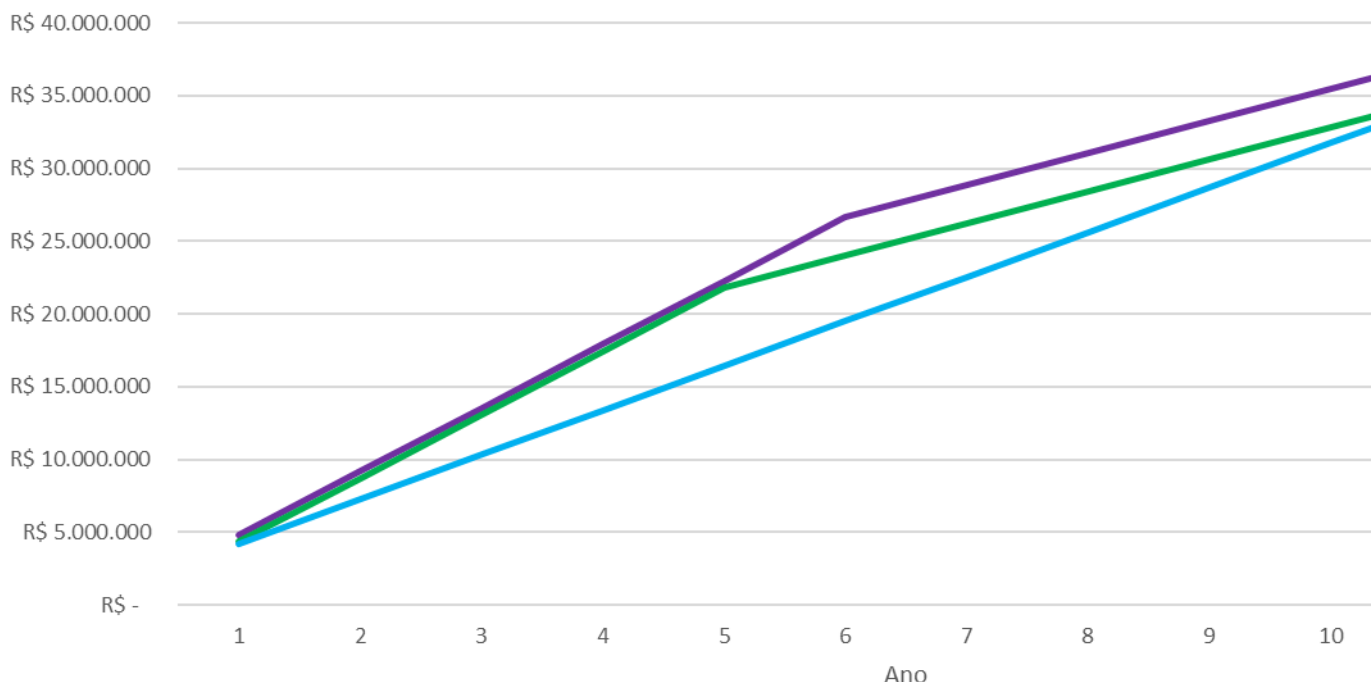
Tabela - Comparativo de fluxos de custos totais acumulados

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Mínimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Máximo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Figura - Comparativo de Fluxo dos Custos Totais Acumulados



Custos acumulado para cada tipo de Processo



O **custo total** dos 3 cenários, ao longo de 12 anos, incluindo o consumo a valores nominais:

- Compra à vista financiada: R\$ 39.879.321
- Locação de ativos: R\$ 37.237.807
- PPP: R\$ 37.852.471

O **valor presente** dos 3 cenários, com custo médio ponderado de capital (na proporção de 60% de capital próprio e 40% de alavancagem) de 8,71% ao ano seria:

- Compra à vista financiada: R\$ 26.216.336
- Locação de ativos: R\$ 24.473.101
- PPP: R\$ 23.287.877

Assim, ponderando os critérios de:

- + Prazo de implementação mais curto, para trazer os benefícios mais rapidamente aos Municípios: **Locação**
- + Menor quantidade de contratos para gerir: **Locação**
- + Prazo de retorno dos ativos sob gestão direta da Prefeitura: **Locação**
- + Menor Custo Total ao longo de 12 anos: **Locação**
- + Menor Valor Presente ao longo de 12 anos: **PPP**

Desta forma, a opção que melhor atende os interesses do Município de Monte Alto é a modalidade de Locação com garantia de funcionamento e operação dos equipamentos de IP por 60 meses.

Na opção de Locação de Ativos, temos a garantia de funcionamento e operação dos equipamentos por 60 meses, ou seja, não será necessário a contratação de uma empresa para a manutenção, enquanto nas outras duas opções, Compra com financiamento e Parceria Público-Privada, a manutenção dos equipamentos não está inclusa, somente a aquisição e instalação.



Mapeamento de riscos

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO
1 - Questionamento excessivo no processo	Média	Baixo
2 - Licitação deserta ou com lote deserto	Baixa	Alto
3 - Contratada se recusar a assinar o contrato	Baixa	Alto
4 - Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	Baixa	Alto
5 - Falência da empresa vencedora	Baixa	Alto
6 - Indisponibilidade dos serviços	Baixa	Alto
7 - Deterioração dos equipamentos do município	Baixa	Alto
8 - Fornecimento de materiais e equipamentos sem qualidade	Média	Alto

Tabela de Mapeamento dos Riscos

Risco 1	Questionamentos excessivos no Processo
Probabilidade:	Média
Impacto:	Baixo
Dano	Legitimidade do processo colocada em questão.
Ação Preventiva:	<ul style="list-style-type: none">- Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante a exigências de marcas, modelos e requisitos excludentes.- Realizar consulta pública para validar o modelo de contratação
Ação de Contingência:	<ul style="list-style-type: none">- Republicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação.

Risco 2	Licitação deserta ou com lote deserto
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano	Não realizar a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização da licitação..
Ação Preventiva:	<ul style="list-style-type: none">- Encaminhar termo de referência durante a fase de cotação de preços para a maior quantidade de possíveis interessados em participar da licitação.- Distribuir o quantitativo de serviços existentes em lotes
Ação de Contingência:	<ul style="list-style-type: none">- Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocado a desistência de possíveis empresas interessadas.

Risco 3	Contratada se recusar a assinar o contrato
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Dano	Não concluir a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização da licitação..
Ação Preventiva:	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.
Ação de Contingência:	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.

Risco 4	Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano	Atraso nos serviços
Ação Preventiva:	<ul style="list-style-type: none">- Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados.- Colocar regra no Edital que, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a segunda colocada poderá ser habilitada.- Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou serviços semelhante ao contratado, ao menos 50%.- Exigir o nível máximo de garantia contratual permitido em lei com vistas a assegurar o compromisso da empresa na prestação adequada dos serviços.- Acompanhar com rigor o IMR, mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento
Ação de Contingência:	Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.

Risco 5	Falência da empresa vencedora
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano	Atraso nos serviços
Ação Preventiva:	- Exigir requisitos de habilitação relativos à qualificação econômica – financeira.
Ação de Contingência:	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.

Risco 6	Fornecimento de materiais sem qualidade
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano	Risco futuro relacionado ao fornecimento de energia



Ação Preventiva:	Exigência de prova gráfica e controle prévio à utilização dos produtos
Ação de Contingência:	Devolução dos materiais de baixa qualidade e aplicação de sanções.

Nesse contexto, verificou-se que a prestação de serviços de locação de ativos, com a transferência ao final da execução contratual, é a melhor escolha, veja:

1. Redução de Custos Iniciais:

Economia de Capital: A contratação via locação elimina a necessidade de um investimento inicial elevado na compra de equipamentos caros. Isso permite que o orçamento seja alocado para outras áreas críticas sem comprometer a capacidade de segurança da organização.

Menos Despesas de Manutenção: Em um contrato de locação, a manutenção e eventuais substituições de equipamentos são frequentemente cobertas pelo fornecedor, reduzindo custos inesperados e garantindo que o sistema esteja sempre atualizado.

2. Flexibilidade e Atualização Tecnológica:

Acesso a Tecnologia de Ponta: Com o locação, é possível ter acesso a equipamentos de última geração sem precisar adquirir novos equipamentos sempre que houver um avanço tecnológico. Isso garante que a Administração utilize tecnologia atualizada e eficiente.

Facilidade de Substituição: Caso a tecnologia se torne obsoleta ou se haja necessidade de upgrades, o contrato de locação permite a substituição dos equipamentos com menor complexidade e custo adicional reduzido.

3. Redução de Riscos Operacionais:

Minimização de Despesas Não Planejadas: A gestão e a manutenção dos equipamentos ficam sob responsabilidade do fornecedor, o que reduz o risco de despesas inesperadas relacionadas a falhas ou problemas técnicos.

Garantia de Funcionamento: Muitos contratos de locação incluem suporte técnico contínuo, garantindo que quaisquer problemas sejam resolvidos rapidamente, minimizando interrupções na segurança.

4. Melhor Gestão de Recursos e Planejamento Financeiro:

Previsibilidade Orçamentária: O modelo de locação normalmente envolve pagamentos regulares e previsíveis, o que facilita o planejamento financeiro e a gestão de fluxo de caixa.

Alocação de Recursos: Com a redução dos custos iniciais e de manutenção, mais recursos podem ser alocados em outras áreas da Administração Pública.

5. Benefícios Operacionais e Logísticos:

Menos Responsabilidade com Logística: O fornecedor cuidará da instalação e da manutenção, reduzindo a necessidade de coordenação e logística por parte da Administração.

Suporte e Treinamento: Muitos contratos de locação incluem treinamento e suporte contínuo para a equipe responsável, garantindo o uso eficaz do sistema e maximizando o retorno sobre o investimento.



6. Alinhamento com Políticas de Sustentabilidade:

Menor Impacto Ambiental: Optar por locação pode reduzir a quantidade de equipamentos descartados e a necessidade de novos recursos, contribuindo para práticas mais sustentáveis e alinhadas com as políticas ambientais da Administração.

Em resumo, a contratação por meio de locação oferece uma série de vantagens, incluindo redução de custos iniciais e operacionais, acesso a tecnologia atualizada, e menor risco financeiro. Esta abordagem proporciona flexibilidade e suporte contínuo, permitindo que a Administração se concentre em suas operações principais enquanto mantém um sistema de segurança eficaz e moderno com manutenção garantida.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando que a estimativa de valor da contratação realizada no ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção, temos que esta estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta.

Conforme previsto no Projeto Básico, o valor estimado para a locação de todas as atividades e itens e nas suas quantidades, é de R\$ 15.500.159,10 (quinze milhões quinhentos mil cento e cinquenta e nove reais e dez centavos) para o período de 60 meses, baseado na planilha orçamentaria a seguir:

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que ocasionará a contratação. Envolve desde a especificação do objeto até a forma de sua contratação, com suas especificações, se o caso.

7.1 Da especificação da solução e da modalidade de licitação a ser empregada

Tomando por base que o objeto da presente aquisição pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, conclui-se que pode ser classificado como “bem comum” e, portanto, pode ser adquirido por meio de processo licitatório na modalidade pregão, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da lei 14.133, de 2021, a solução a ser empregada compreenderá:

- a. Fornecimento de mão de obra, veículos, equipamentos e ferramental para a realização dos serviços;
- b. Locação de equipamentos e novas luminárias LED no com a transferência dos ativos ao final do contrato;
- c. Serviço de descarte de equipamento de iluminação;
- d. Serviço de suporte técnico com manutenção preventiva e corretiva do Sistema LED;
- e. Garantia de funcionamento do Sistema de Iluminação Pública LED durante toda a execução contratual.
- f. Serviço de instalação, configuração e implantação da solução;
- g. Fornecimento de consumíveis e de peças de reposição;



- h. Sistema de gerenciamento do Parque de Iluminação Pública;
- i. Apresentação de estudos luminotécnico em vias e logradouros públicos;

7.2 Do tipo de processamento da licitação

Dentre os diversos cenários possíveis que a atual legislação sobre Licitações e Contratos Públicos dispõe para a contratação de serviços de obras e serviços comuns de engenharia, destacam-se a concorrência e o pregão, diferenciando-se entre si apenas em relação à forma de julgamento, o qual pode ocorrer de formas diferentes em uma ou em outra modalidade licitatória.

A concorrência, segundo o que dispõe o art. 6º, XXXVIII, da NLLCP, pode adotar os seguintes critérios de julgamento:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto.

Já em relação ao pregão, pelo que dispõe o mesmo artigo 6º, porém, em seu inciso XLI, somente poderá ser processado se o critério de julgamento for o de menor preço ou o de maior desconto.

Não há, para a Nova Lei de Licitações, qualquer objeção ou limitação da realização de qualquer dos certames em relação ao valor estimado da contratação, bastando estabelecer-se o critério de julgamento, podendo, a Administração Pública valer-se tanto de um quanto de outro procedimento.

Ainda em se tratando da modalidade pregão, a NLLCP prevê o uso da modalidade pregão preferencialmente na sua forma eletrônica. Todavia, a norma admite a adoção do pregão presencial (art. 17º, § 2º, da lei 14.133/2021), conquanto devidamente justificado.

Explicado isto, e tomando por base que o objeto da contratação se enquadra dentre os serviços comuns de engenharia, somado ao fato de que inexistiu prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, dispensando-se, por isto, a adoção de procedimento para aferição de eventual técnica a ser empregada pelo licitante na futura execução do objeto, entendemos que a realização do certame na modalidade pregão, **pelo modelo eletrônico**, no modo “**ABERTO**”, permitirá o melhor acesso dos licitantes à disputa, aumentando o universo de concorrentes e possibilitando ao Município encontrar a proposta mais vantajosa.

7.3 Da inversão de fases

Dispõe o art. 17, da Lei. 14.133/2021, que:

Art. 17. *O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:*

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;



VII - de homologação.

E segue em seu parágrafo primeiro dizendo que:

§ 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.

Entendemos ser o caso de aplicar referida inversão no processo licitatório, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.

Isto porque se faz necessária e indispensável a realização da análise técnica dos licitantes de forma prévia, a fim de assegurar que apenas empresas que cumpram rigorosos critérios técnicos participem da disputa, em razão principalmente da complexidade da execução dos serviços e por se tratar de serviço essencial, havendo a necessidade de comprovação da capacitação de todos os envolvidos.

A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, garantindo-se que haja adequação e eficiência na proposta, gerando de fato o resultado esperado e a contratação mais vantajosa.

7.4 Da pré-habilitação

Nos termos do art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigido, como condição de pré-habilitação, a apresentação de garantia da proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

Em razão da inversão das fases de apresentação de propostas e de habilitação, a garantia da proposta deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação.

A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º, do art. 96, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Eventual recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação implicará execução do valor integral da garantia de proposta, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

7.5 Da proposta de preços

O licitante deverá apresentar juntamente com a proposta de preços:

- a) Catálogo com as especificações técnicas das luminárias (todos os modelos), relés e braços ornamentais, conforme definido no Projeto Básico, parte integrante deste Edital;



- b) Relatórios de ensaios técnicos de todas as luminárias, emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO ou por organismo internacional reconhecido (OCP), demonstrando conformidade com os parâmetros mínimos exigidos no projeto técnico;
- c) Registro e certificado ativo no INMETRO das luminárias;
- d) Atestados ou documentos fornecidos pelo laboratório que comprovem a acreditação das luminárias pelo INMETRO, relativa a cada ensaio realizado.

Todos os relatórios devem ser realizados em laboratórios acreditados pelo INMETRO, ou laboratórios internacionais, que deve ser por um Organismo Certificador de Produtos (OCP) com acreditação no país de origem, reconhecido pelo INMETRO.

Deverá estar consignado expressamente na proposta:

- a) a razão social e o CNPJ do Proponente, endereço, e-mail (se houver), telefone/fax e data;
- b) a indicação da marca e respectivos preços unitários e totais para cada item e preço global em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação.
- c) a descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico indicando, no que for aplicável: fabricante, modelo, prazo de garantia etc., conforme especificações previstas no Projeto Básico.
- d) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.6 Da Vistoria Prévia.

Deverá ser assegurado aos Licitantes o direito de realização de vistoria prévia, posto que a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Para tanto, o interessado deverá agendar sua vistoria em até 03 (três) dias úteis antes da data prevista para a entrega dos envelopes por meio do telefone nº (16) 3244-3113, junto à Secretaria de Planejamento Urbano.

Nos termos do art. 63, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Licitante poderá substituir a vistoria por declaração formal que ateste conhecer o local, as condições e as peculiaridades da contratação, a ser apresentada nos moldes § 3º do mesmo artigo de lei retro referido.

7.7 Da vedação à participação de empresas reunidas em consórcio

Inicialmente, a Lei nº 14.133/2021, dispõe em seu art. 151, que compete à Administração Pública optar por permitir (ou não permitir) a participação de empresas reunidas em consórcio, justificando quando não admitida.

O objeto que se pretende contratar (locação de serviços e de materiais mediante prestação de serviços comuns de engenharia) não pode ser classificado como contratação de alta complexidade técnica, razão pela qual não se mostra viável permitir a participação de empresas reunidas em consórcio. Frise-se, de antemão, que tal vedação não trará nenhum prejuízo econômico, tão pouco representará restrição à competitividade no presente certame.

Vejamos as principais orientações sobre a matéria.



MARÇAL JUSTEN FILHO, *in* Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, págs. 292/293, assevera que:

“No Direito Administrativo, algumas das características do consórcio foram afastadas. O ponto fundamental da distinção reside na responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados, ao longo da execução do contrato administrativo. Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Assim se passa porque, como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejados. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Aliás, a composição entre os potenciais interessados para participar de licitação pode alcançar a dimensão da criminalidade”.

Segue, ainda, o renomado Doutrinador, *in* obra citada, pág. 293, relacionando o tema com a competição no certame:

“Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.”

Neste sentido, a participação de consórcios mostrar-se ia viável quando o objeto considerado fosse “*de alta complexidade ou vulto*”, o que não é o caso do presente certame.

Vejamus a definição trazida pela Lei nº 14.133/2021 quanto obra “*de alta complexidade ou vulto*”:

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); (Vide Decreto nº 11.871, de 2023)

Como se verá adiante e do próprio Termo de Referência, o presente certame não se encaixa na descrição retro transcrita.



Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e fora dos valores preceituados pela legislação como grande vulto, atenta contra o princípio da competitividade, permitindo, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.

Acerca do tema, importante consignar o entendimento do Tribunal de Contas da União, vejamos:

26. O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo Bacen, vemos que é prática comum a não-aceitação de consórcios. (Acórdão 2813/2004 Primeira Câmara - TCU)

Posto isto, certos de que referida permissão poderia trazer prejuízos ao ânimo competitivo do certame e à busca pela proposta mais vantajosa, fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame.

7.8 Da apresentação de amostras

Após o encerramento da disputa de lances, a empresa melhor classificada será convocada para apresentar amostras dos itens (“Luminárias de LED, Relé Fotoeletrônico e Braço Ornamental”), em até 05 dias.

A amostra relativa ao Braço Ornamental deverá vir acompanhada do respectivo ensaio técnico.

Deverá ser apresentado ao menos 01 produto de cada item, sendo certo que se o item contiver mais de 01 produto deverá ser apresentada 01 amostra para cada produto.

Os itens deverão ser entregues acompanhados de carta de garantia do fabricante, assinada pelo sócio proprietário (junto com o contrato social da empresa) ou representante legal da empresa (mediante a apresentação de procuração pública “específica” para esse fim), tendo garantia mínima de 5 anos para as luminárias de leds, de 150 meses para relé fotoelétrico e de 10 anos para braço ornamental contados a partir de sua instalação, constando expressamente o número do edital, número do processo licitatório e o Município de Monte Alto como beneficiário da garantia.



8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado foi agrupado em lote único, com vistas a manter a padronização dos materiais a serem executados e uma melhor gestão futura do contrato originário deste processo licitatório.

A possibilidade de se contratar por meio de itens separados inviabilizaria uma gestão adequada, ferindo o Princípio Constitucional da Eficiência, uma vez que haveria a possibilidade de surgimento de vários contratos, tornando inviável um controle adequado dos mesmos, devido ao reduzido quadro de servidores.

A necessidade deste agrupamento se justifica, ainda, devido ao fato de o gerenciamento centralizado possibilitar maior agilidade na tomada de decisão, maior adesão e competitividade ao certame por parte do mercado especializado, resguardando a Administração Pública e evitando a perda do procedimento licitatório por total desinteresse do mercado, evitando assim a necessidade de iniciar nova licitação para o atendimento da demanda, pois a sinergia resultante da contratação de um único fornecedor oferece a melhor relação custo benefício para o Município de Pitangueiras.

Há de se considerar que o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

Colabora para este entendimento o Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara/TCU, o qual enfatiza que a economicidade, deve ser observada durante a licitação, como também durante a atividade administrativa para sua formalização, conforme entendimento já pacificado pelo TCU:

“SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO DE LICITANTE. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. ADJUDICAÇÃO POR LOTE. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. CONHECIMENTO E ARQUIVAMENTO. *Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si. (...) Nessa esteira, não se pode pretender conferir interpretação à lei que seja contrária aos princípios da razoabilidade e da economicidade. No caso concreto que se examina, a adjudicação por itens, nos termos defendidos pela representante, implicaria na necessidade de publicação de 137 Atas de Registro de Preços diferentes, com indubitável custo administrativo para sua formalização, publicação e gerenciamento. A divisão do objeto em lotes, na forma realizada, deverá resultar na publicação de apenas 10 Atas de Registro de Preços, conforme informou o Pregoeiro. Assim, e considerando que os lotes são compostos por itens de uma mesma natureza, não vislumbro qualquer irregularidade (...).”*

De igual modo, o Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara/TCU, tal relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, defendeu que é legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados



exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

É indiscutível que atual conjuntura administrativa, vincula o poder público a busca da economicidade.

Essa nova percepção da Administração vem ganhando contorno de relevância, até porque, como está expressamente previsto no art. 70 da CF/88, tal princípio busca a promoção dos resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

Conforme o exposto, agrupando-se os itens em lote, afasta-se a figura da inviabilidade de competição, pois os agrupamentos consideram objetos de mesma natureza, que guardam relação entre si e são fornecidos por um vasto rol de empresas que atuam no ramo de mercado, correspondente.

Não obstante, no caso de formação por Lote, poderá o fornecedor ofertar valores menores uma vez que seus custos com frete e estoque poderão ser diluídos entre vários itens do Lote, colaborando para a economicidade da aquisição.

Pelas razões expostas, a contratação não será parcelada em itens, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A modernização do parque de iluminação com luminárias LED trará uma série de benefícios aos munícipes. A energia consumida será reduzida em 32,1%, as vias, passeios, praças terão uma iluminação de maior qualidade, tanto na intensidade da luz, quanto na uniformidade. Isso irá proporcionar maior segurança para os munícipes e condutores de veículos prevenindo acidentes e vandalismo.

Ao instalar luminárias LED, será possível remover as antigas luminárias equipadas com lâmpadas contendo mercúrio, além de potencialmente eliminar reatores que utilizam ascarel, um composto nocivo à saúde. Serão evitadas as trocas desnecessárias de materiais que ainda estão em boas condições mecânicas como os braços.

Através deste processo de reordenação luminotécnica, a Prefeitura de MONTE ALTO pretende substituir todo o Parque de Iluminação Pública (IP) não LED, equivalente a 6.909 pontos. Com a substituição do parque de IP por luminárias com tecnologia LED, objetiva-se alcançar os seguintes benefícios:

- ☐ Padronizar a instalação de iluminação LED em todas as vias do Município;
- ☐ Aumentar o nível geral de luminância no MUNICÍPIO, para proporcionar segurança à população e aos veículos;



- ☐ Reduzir os custos de manutenção do Parque de IP com produtos de maior vida útil, e requerendo menos intervenções nas vias públicas;
- ☐ Reduzir o consumo energético da Iluminação Pública do município, assumindo uma posição de gestão responsável;
- ☐ Preservar o meio ambiente, ao eliminar do parque de IP lâmpadas defasadas tecnologicamente e potencialmente tóxicas, a exemplo do Vapor de Mercúrio;

Com essa modernização do Parque será atingida uma redução no consumo de energia elétrica de 32,14%. Para realização deste projeto o Município contará com recursos da Contribuição para custeio dos serviços de Iluminação Pública – CIP, mais quatro aportes com recursos próprios.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Não há providências prévias a serem adotadas pela Administração Pública.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Assim, caberá à contratada:

- Avaliar as embalagens dos produtos, buscando opções que minimizem o uso de plásticos e materiais não biodegradáveis. Embalagens recicláveis e com certificações ambientais são escolhas mais sustentáveis. Escolher materiais que gerem menos resíduos durante sua produção, utilização e descarte. Isso inclui produtos com design inteligente que favoreçam a reciclagem e a reutilização.
- Verificar se o fornecedor participa de programas de reciclagem ou possui políticas internas de gestão de resíduos que promovam a reciclagem e a destinação adequada dos produtos ao final de sua vida útil.
- Analisar o ciclo de vida dos materiais considerando desde a extração de matérias-primas até o descarte final.
- Escolher produtos que apresentem menor impacto ambiental em todo esse ciclo.



Ao incorporar esses aspectos ambientais na contratação de materiais, a contratada contribuirá para a promoção da sustentabilidade e para a redução do impacto ambiental associado às suas atividades.

Essa abordagem alinha-se a práticas responsáveis e ao desenvolvimento de uma gestão pública mais sustentável.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A justificativa da viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição em função do ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos em função da redução da fragmentação de processos licitatórios e efetividade com a padronização dos materiais.

Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis, além de assegurar a manutenção dos serviços públicos em padrões satisfatórios para o funcionamento eficiente, contínuo e econômico.

Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos termos do art. 6º, inciso XX e parágrafo 1º, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar consiste no documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, destinado a caracterizar o interesse público envolvido e a identificar a solução mais adequada para sua satisfação. Assim, aspectos relacionados à adoção ou não da inversão de fases, à definição dos requisitos de qualificação técnica, à participação ou vedação de consórcios, bem como outras condições específicas do certame, serão oportunamente avaliados e deliberados pelas autoridades competentes, cabendo à Secretaria de Administração e à Prefeitura Municipal a aprovação das diretrizes que orientarão a elaboração do Edital e dos demais documentos da contratação.